

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**TÂNIA DAMO**

**AS CARTAS NA COLÔNIA DOS PRÍNCIPES: UM RETRATO  
DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA COLÔNIA  
GRÃO-PARÁ (1882-1900)**

**CRICIÚMA  
2014**

**TÂNIA DAMO**

**AS CARTAS NA COLÔNIA DOS PRÍNCIPES: UM RETRATO  
DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA COLÔNIA  
GRÃO-PARÁ (1882-1900)**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para  
obtenção do grau de bacharel no Curso de História  
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC.

Orientador: Me. Paulo Sérgio Osório

**CRICIÚMA  
2014**

**TÂNIA DAMO**

**AS CARTAS NA COLÔNIA DOS PRÍNCIPES: UM RETRATO  
DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA COLÔNIA  
GRÃO-PARÁ (1882-1900)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em História.

Criciúma, 05 de Dezembro de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Paulo Sérgio Osório – Mestre - UNESC - Orientador

Prof. Carlos Renato Carola – Doutor – UNESC

Prof<sup>a</sup>. Tatiane dos Santos Virtuoso – Mestre - UDESC

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho para todas as pessoas da minha família, ao meu pai Egídio Damo, à minha mãe Bernadete Vitoria Damo, onde encontrei todo apoio, carinho e compreensão para seguir em frente.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, que esteve presente em todos os momentos, que me deu apoio, compreensão e a força necessária para atingir minhas metas e conquistar meus objetivos.

Ao professor orientador Me. Paulo Sérgio Osório por toda a orientação, pelos encaminhamentos e pela paciência demonstrados neste trabalho.

À direção da UNESCO e a todos os docentes do Curso de História, juntamente com o Coordenador do Curso de Museologia da UNIBAVE, Idemar Ghizzo e a Museóloga Valdirene Boger Dorigon do Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, Orleans, SC.

*"Todos sabem fazer história -  
mas só os grandes sabem escrevê-la"*

*Oscar Wilde*

## RESUMO

O Brasil do final do Segundo Império é marcado por uma série de projetos de colonização que conservam muitas características recorrentes. A falta de recursos monetários e pessoais por parte da Coroa, para levar adiante este tipo de empreendimento, fez com que, à iniciativa privada fosse delegada a condução de boa parte destas experiências. Destacamos para a análise, neste trabalho, a implantação da Colônia Grão-Pará, desenvolvida no Sul do Estado de Santa Catarina. Tomando-se como base o contexto europeu e nacional, procurou-se demonstrar o alinhamento das realidades e dos interesses vivenciados nos dois continentes que em muito explicam o fenômeno da imigração nos moldes em que se deu. No que concerne à abordagem específica, elegemos as relações de trabalho como objeto desse estudo e, dentro destas, o cotidiano na Colônia. O intento foi desenvolver uma leitura, a partir dos relatos encontrados nas correspondências, do modo como se processavam, desde as atividades de trabalho no dia a dia, até as aspirações e anseios que posicionavam cada um dos indivíduos e grupos dentro deste espaço. O caráter intimista deste tipo de fonte permitiu entrar para além daquilo que se imagina de praxe no mundo do trabalho, em questões de cunho muito mais pessoal. Da frieza dos dados relativos a dívidas e pagamentos, para o campo dos projetos de vida, para o espaço da sensibilidade, para o mundo dos sonhos concretizados ou desfeitos.

**Palavras-chave:** cotidiano, relações de trabalho, colonização.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEDOHI - Centro de Documentação Histórica Plínio Benício

FEBAVI - Fundação Educacional Barriga Verde

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNIBAVI - Centro Universitário Barriga Verde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CAPÍTULO I: A COLÔNIA GRÃO-PARÁ NO FINAL DO SEGUNDO IMPÉRIO .</b>	<b>13</b>
2.1 O GOVERNO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS COM A EUROPA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX .....	13
2.1.1 Ocupação territorial no sul catarinense no período do século XIX .....	13
2.2 TERRA E IMIGRAÇÃO: O BRASIL DO SEGUNDO IMPÉRIO .....	16
2.2.1 Lei de terras .....	16
2.3 A COLÔNIA GRÃO-PARÁ .....	17
<b>3 CAPÍTULO II: RELAÇÕES DE TRABALHO E COTIDIANO DA COLÔNIA GRÃO-PARÁ (1882-1900).....</b>	<b>23</b>
3.1 COLÔNIA E OCUPAÇÃO.....	24
3.2 DIVULGANDO A COLÔNIA .....	28
3.3 TRABALHO E INTERESSES: AS RELAÇÕES NA COLÔNIA. ....	31
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>
<b>6 LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A temática da colonização ligada à figura do elemento europeu tem ocupado lugar importante nos estudos acadêmicos dos últimos anos. Tomada com base em novas abordagens teóricas, os estudos centrados em uma visão mais tradicional pautadas, de modo geral, na exaltação da figura destes imigrantes tem sido confrontada com propostas mais amplas e críticas.

Além da mudança no modo de abordagem, as próprias fontes tomadas para esse fim, têm-se mostrado mais variáveis e flexíveis. Aos atos oficiais, leis e decretos, outros documentos passaram a ser alvo de estudos. A partir desse entendimento, o presente trabalho propõe uma análise do processo de colonização ligado à Implantação da Colônia Grão Pará no Sul do Estado de Santa Catarina, com base nas correspondências trocadas entre a Empresa e os trabalhadores.

O foco da pesquisa centra-se nas relações de trabalho estabelecidas entre a instituição e os colonos e o cotidiano dentro dessas relações. Pretende-se investigar como eram regidas estas relações dos fenômenos de cunho econômico, organizacional e político. Em uma breve pesquisa documental que compõe o acervo do Centro de Documentação Histórica Plínio Benício - FEBAVE - Orleans (SC), verificou-se que são comuns nestas cartas questões ligadas a essas temáticas. O arquivo consultado possui um total de 1200 cartas, desse montante foram consultadas 1000 cartas e, com base na temática proposta selecionamos 16 para análise e construção do trabalho, das quais 14 encontram-se em anexo.

De pedidos de ferramentas a questionamentos sobre jornadas de trabalho, estas correspondências concentram grande quantidade de informações sobre o modo como se organizava o trabalho, a economia e a política dentro da Colônia. É preciso perguntar e questionar, e esta prática precisa de posicionamento teórico e metodológico. Com esses devidos cuidados que devem ser inerentes à prática da pesquisa, da análise e da escrita historiográfica, pretendemos desenvolver um estudo sobre relações de trabalho, de modo a contribuir para o entendimento da colonização em seus aspectos gerais e internos.

As motivações que explicam a escolha dessa temática remontam aos anos da graduação e possuem relações de ordem espacial e teórica. Como estudante de ascendência italiana e que, por razões variadas, optou por cursar História na região Sul do Estado de Santa Catarina, as aproximações e distanciamentos no tocante ao processo colonizador das duas porções logo se tornaram de especial interesse. A presença de elementos comuns como a figura do imigrante ítalo-germânico, de imediato fez-se notar e contribuiu para estimular o estudo mais amplo sobre o

processo colonizador. Interesse que se tornou ainda mais crescente após o conhecimento da existência da Empresa Grão Pará e da documentação dela proveniente e passível de consulta.

Tratar sobre fenômenos como colonização e cotidiano impõe a necessidade de estabelecer, mesmo que de forma tímida, os modos de entendimento para estes conceitos. Aqueles que, baseados nas proposições metodológicas acima mencionadas devem nortear esta pesquisa. O conceito de colonização, aqui tomado, pode ser entendido como a ocupação de novas terras, propriedades ou regiões executado por diferentes grupos sociais em sua expansão.

Sendo assim, um fenômeno social de ocupação e expansão que remonta há muitos séculos. Pode ser entendida, também, como a maneira que o ser humano encontrou para levar suas culturas para outras regiões de forma a cultivar e ocupar outros espaços, implantando nesse espaço o que existia em outro local. Segundo Bosi<sup>1</sup>, colonização é “*mais do que um conceito, é uma categoria histórica, porque diz respeito a diferentes sociedades e momentos ao longo do tempo. A idéia de colonização ultrapassa as fronteiras do Novo Mundo: [...]*”.

Consideramos o ato de colonizar como sendo o deslocamento de um grupo de pessoas de uma região à outra, com o intuito de explorar, povoar, habitar e de transferir cultura e, nesse aspecto, definido como povoamento. Nesse sentido mais crítico, consideramos a colonização como o ato de conquistar para retirar recursos naturais, podendo ser entendido e definido como colonização de exploração, entendendo que o ato de colonizar “*é um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões. Portanto, colonizar está intimamente associado a cultivar e ocupar uma área nova [...]*”<sup>2</sup>.

No entanto, é preciso ter o entendimento de que colonização abrange mais do que a tradução literal da palavra em si. Não se trata simplesmente do assentamento das famílias em terras obtidas por doações, conquistas, ou por quaisquer outros meios. A definição de colonização torna-se muito mais abrangente quando seu entendimento é voltado à cultura, à transmissão de práticas de domínio e exploração para outras gerações.

Uma colonização é um projeto que engloba todas as forças envolvidas no significado do verbo *colo*. Ou seja, colonizar significa ocupar um novo chão, trazer a memória antiga da terra antiga (o culto) e transmitir práticas e significados às novas gerações (a cultura). Mas, se o significado de *colo* é *cuidar*, também é *mandar*, e o autor ressalta que dominar, explorar e submeter os nativos também são sentidos inerentes à colonização. Nesse contexto, *colonizar* está sempre associado a *conquistar*.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: 4ª ed. ed. Schwarcz, 2013, p. 67

<sup>2</sup> SILVA, Kalina Venderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: ed. Contexto, 2010, p. 67.

<sup>3</sup> BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: 4ª ed. ed. Schwarcz, 2013, p. 68

Desta forma, percebe-se que o conceito é mais abrangente do que simplesmente a ocupação e o cultivo de novas terras, apresentando-se, também, como uma forma de domínio e exploração e instalação cultural, porque o colonizador, além de dominar a região que se instala, traz junto consigo sua cultura para o lugar. Um processo nem sempre fácil porque, nesse estágio, a maioria dos lugares já estava ocupada por outras culturas e estruturas sociais próprias, dificultando, desta forma, a instalação de novas sociedades.

Nesse ponto é possível que os conflitos apareçam na maioria dos casos de colonização, pois se trata de uma tentativa de imposição de uma nova forma cultural e social daqueles que chegam em detrimento às anteriormente já instaladas no lugar. É o processo inicial do controle da região por parte dos colonizadores e da resistência social por parte dos ocupados.

A partir do último quartel do século XX, com a influência da Nova História francesa e do materialismo [...] a forma como a historiografia brasileira pensava a colonização ganhou novos rumos. Estudos sobre escravidão, religiosidade, história indígena, história de família e das mulheres deram novos significados ao processo de colonização do Brasil, abandonando a ambição de buscar nesse processo as explicações para um suposto caráter nacional ou para todos os males do país<sup>4</sup>.

O esforço empregado por esses grupos de imigrantes para manter as raízes culturais, religiosas e de trabalho, ressaltam características importantes que abandonam a definição de colonização, demonstrando certas peculiaridades que denotam definições voltadas para o cotidiano. Numa perspectiva comum, cotidiano pode ser entendido como o dia a dia, como algo corriqueiro, monótono, que se faz quase que instantaneamente, porém a definição engloba uma série de implicações, as quais necessitam de avaliação mais profunda para haver um melhor entendimento do termo, podendo ser interpretado como “*práticas ordinárias e inventivas e não seguem necessariamente padrões impostos*”<sup>5</sup>. Apesar de não haver um consenso definitivo sobre a definição de cotidiano, existem algumas abordagens que podem embasar nosso entendimento.

[...] o trabalho com fontes históricas diversas que retratem o cotidiano de períodos passados, desde textos de cronistas, gravuras e fotografias até registros da cultura material expostos em museus, como móveis, roupas, utensílios domésticos, etc. Todavia, não devemos estudar o cotidiano de forma isolada ou enfatizando o lado “pitoresco” do passado. É preciso abordá-lo em sua íntima relação com as questões culturais, sociais, econômicas e políticas de cada época e sociedade.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: 4ª ed. ed. Schwarcz, 2013, p. 69

<sup>5</sup> SILVA, Kalina Venderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: ed. Contexto, 2010, p. 75.

<sup>6</sup> SILVA, Kalina Venderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: ed. Contexto, 2010, p. 78.

Colonização e cotidiano abrangem definições que, em uma primeira análise, tomada simplesmente pelo significado do termo, podem direcionar para um entendimento que leve em conta somente a ocupação de terras e manutenção cultural. Ressalta-se, no entanto, que com um aprofundamento na sistemática de pesquisa, o cotidiano pode ser analisado sob outro conceito, aquele em que se retrata do dia a dia dos imigrantes dentro da colônia. Desenvolvendo assim, um estudo visando delimitar e especificar mais profundamente quais eram as relações entre eles e deles para com a colônia.

Esta monografia propõe assim realizar este trabalho seguindo a estruturação: no primeiro capítulo trataremos da contextualização do cenário europeu que motiva os fenômenos migratórios bem como a situação do Brasil no que concerne às demandas que motivam as políticas de incentivo à imigração. Em um primeiro momento, pretende-se traçar um quadro da realidade européia com foco na condição italiana para posteriormente estabelecer relações com as questões nacionais em voga no período que vai do final do Segundo Reinado até o início da República. Também no primeiro capítulo falaremos da Colônia Grão-Pará; das razões de sua implantação aos primeiros anos de sua existência. Neste momento o enfoque será sobre as questões legais de demarcação e de fundo organizacional.

Como segundo capítulo, tem-se a intenção de trazer uma abordagem do cotidiano da Colônia com base nos relatos presentes nas correspondências trocadas entre os primeiros colonos e a administração do referido órgão. O intuito é tratar de questões ligas ao trabalho, à economia e à organização política e social retratadas nas referidas cartas. Mas a ênfase recaia sobre as relações de trabalho, que segundo se pesquisou preliminarmente parecem ricas e reiteradas nessas fontes. Sabemos que tão importante quanto definir o recorte temporal, é definir os critérios de seleção e avaliação das fontes. Com base nisso, pretende-se elaborar a seleção do material segundo os critérios da temática estabelecida e a, partir daí, chegar a um número que permita uma análise concisa.

## **2 CAPÍTULO I: A COLÔNIA GRÃO-PARÁ NO FINAL DO SEGUNDO IMPÉRIO**

### **2.1 O GOVERNO BRASILEIRO E AS RELAÇÕES POLÍTICAS COM A EUROPA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

A imigração de estrangeiros de diversos países da Europa que ocorreu na primeira metade do século XIX foi ocasionada pelas seguintes razões: a princípio a revolução industrial espalhou seus reflexos para todo o globo, principalmente países da América latina, incluindo o Brasil. Outra razão foram as transformações proporcionadas pela industrialização e as tecnologias a ela agregadas, que trouxeram o desenvolvimento do capitalismo, da importação e exportação tanto de produto quanto mão de obra, que deu o crescimento da imigração e da formação de diversas colônias no território brasileiro.

Um aspecto que não podemos deixar de pontuar, é que neste período histórico os países da Europa estavam com a ideologia política, chamada imperialista, que tinha como objetivo a conquista de novos territórios que pudessem fornecer matéria prima para alimentar a produção industrial.

Outro fato que foi de suma importância foi que a imigração abriu portas para o mercado consumidor se destacar com a necessidade de dispor de produtos dentro e fora do continente. Outrora a revolução industrial desencadeou a descentralização agrária, com o objetivo de sustentar a produtividade industrial.<sup>7</sup>

Entre esses e outros fatores, o deslocamento humano de emigrados de diversos países da Europa para o Brasil, ocorre devido as relações estabelecidas entre o governo brasileiro e os países do continente europeu, que se dá na primeira metade do século XIX. Esta onda migratória instala grupos em várias regiões do Brasil, entre elas, destacamos os ocorridos no Estado de Santa Catarina e, mais especificamente, aquele ligado à instalação da Colônia Grão-Pará, na porção Sul do Estado.

#### **2.1.1 Ocupação territorial no sul catarinense no período do século XIX**

A presença do elemento europeu em solo brasileiro que tem início com o próprio ato do “Descobrimento” seguiu-se ao longo dos séculos obedecendo a ordens específicas de cada um dos momentos históricos. Neste trabalho propomos analisar o processo de introdução do

---

<sup>7</sup> OSÓRIO, Paulo Sérgio; ZANELATO, João Henrique. **FORQUILHINHA, do presente para o passado, outras memórias, uma nova história.** Forquilha, SC : Ed. UNESC, 2012.

elemento europeu na segunda metade do século XIX. Mais especificamente, do processo de constituição da Colônia Grão-Pará, fundada em 1882 na Região Sul do Estado de Santa Catarina. Embora conte com imigrantes de outras nacionalidades como alemães, espanhóis, letos, franceses, holandeses, poloneses, portugueses, ingleses e nacionais, a parcela mais significativa da ocupação da Colônia Grão-Pará foi de italianos. Este deslocamento humano foi de tal monta que a historiografia<sup>8</sup>, por vezes, o descreve como a “Grande Colonização” italiana.

O fato de a Itália ocupar lugar de destaque quando se trata de analisar o processo de emigração para o Brasil do século XIX, dá-se em razão, justamente, da quantidade elevada de indivíduos que realizaram a travessia do Atlântico. Obviamente para além das razões da política nacional de colonização, é preciso buscar também no país de origem as causas deste deslocamento populacional. A Europa da segunda metade do século XIX vivia um momento de agitação política e institucional. Sejam de ordem democrática, liberal, socialista ou nacionalista<sup>9</sup> os vários movimentos mergulhavam o Velho Continente em pesados conflitos. Respeitadas as especificidades e excluindo-se alguns países, as disputadas envolvendo estas correntes, estão à frente dos principais acontecimentos da Europa deste período, no que concerne à sua organização política e territorial.

É o conflito entre essas forças de renovação e os poderes estabelecidos que compõe a história do século XIX, que explica a violência e a frequência dos choques. Esse confronto entre as forças de conservação, política, intelectual, social, e as forças de contestação fornece a chave da maior parte dos acontecimentos da história, tanto nacional quanto europeia que, quase sempre, chegam às vias de fato, por que é excepcional que esse confronto se desenrole pacificamente pela aplicação de disposições previstas pela constituição: isso não se aplica à Grã-Bretanha e à Europa do Norte ou do Oeste, aos países escandinavos ou neerlandeses. Em todos os outros lugares o conflito é resolvido pelo recurso às soluções mais radicais, pelo uso da violência<sup>10</sup>.

Dentre estes movimentos, o nacionalismo que perpassa por todo o século XIX, pode ser, de certo modo, tomado como o pano de fundo para todo o mote interpretativo do contexto europeu deste século. Caminhando lado a lado com o movimento Imperialista que lançava as nações europeias em uma nova corrida<sup>11</sup> na disputa por mercados e influência mundial, o nacionalismo acarretará o desenvolvimento de vários processos de unificação de países. Como exemplos, podemos citar a alemã de 1871 e a italiana ocorrida um ano antes.

---

<sup>8</sup> É esse o termo usado, por exemplo, pelo historiador Walter Piazza. PIAZZA, Walter, 1925. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1994. p. 171.

<sup>9</sup> RÉMOND, René. **O Século XIX – 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, v. 2.

<sup>10</sup> RÉMOND, René. **O Século XIX – 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, v. 2.

<sup>11</sup> Neste caso, fazemos referência àquela que pode ser tomada como a primeira onda de expansão imperialista ou

A Itália, até 1870, era seccionada em reinos, ducados e repúblicas, e dividia em três grandes regiões: o Norte, sob o domínio do Império Austro-húngaro; o Oeste, ligado à casa de Sabóia e à França; o Sul dividido entre a influência do Vaticano e diversas regiões autônomas. O início da unificação foi em 1848 com a revolta do Piemonte contra os austríacos, seguida de diversos movimentos, culminando em 1870 com a conquista de Roma. Com a unificação surgiu o Reino da Itália politicamente forte mas economicamente fraco<sup>12</sup>.

Para além da violência provocada pelos conflitos que opôs, no caso italiano, republicanos e monarquistas, a situação econômica e a política de divisão das terras está diretamente ligada ao movimento de saída de parcelas da população com destino a outros países. As dificuldades não eram enfrentadas apenas na Itália, muitos países europeus sofriam com semelhante situação. A industrialização ainda não era condição plena e difundida e grande parte das regiões distantes dos centros urbanos vivenciavam esta realidade. Entretanto a Itália, ou mais especificamente, algumas regiões desta, pareceram concentrar uma série de problemas, que somados, tornaram o movimento emigratório uma alternativa tão comum. Na região de Trento, por exemplo, embora não houvesse latifúndios, a propriedade da terra estava concentrada nas mãos do clero e da nobreza, o que impossibilitava à grande maioria da população, condições mínimas de existência. Poderíamos somar a isso, outros acontecimentos que variam de pragas e quedas na vitivinicultura à pressão fiscal e militar Austríaca sobre a região que, à época, estava sob seu domínio político.

Independente de antes, logo após, o processo de unificação<sup>13</sup>, as condições gerais das populações que vivenciou o processo de saída não se alterou de modo tão significativo, o que explica levas de imigrantes chegando ao Brasil, antes e depois deste fenômeno. No caso da Colônia Grão-Pará, isto se deu no ano de 1882. No início desta década a situação italiana e a consequente ligação com os ensejos do Brasil, aparece assim descrita na obra de Walter Piazza:

Grande parte da população italiana vivia do trabalho da terra sendo que o censo de 1881 aponta 8,55 milhões de trabalhadores agrícolas para 4.416.079 industriais. O problema, entretanto, era que somente cerca de um sexto dos agricultores cultivavam a própria terra, para outros havia pouquíssimas esperanças de se tornarem um dia proprietários. Esse proletariado do campo, junto com os das cidades, cujos níveis de vida eram bastantes baixos e que não tinham muita probabilidade de melhorá-lo, eram os visados pela propaganda dos países necessitados de mão-de-obra, entre os quais aparece o Brasil, onde o braço escravo estava destinado a desaparecer mais cedo ou mais tarde<sup>14</sup>.

---

colonialista datada do final do século XV e início do XVI.

<sup>12</sup> THOMÉ, Nilson. **História da imigração italiana em caçador**. 2. edição. Caçador: INCOR Edições – UnC, 1993.

<sup>13</sup> A situação econômica, como citado, não mudou muito após a unificação. O resultado, no caso italiano, foi um país com profundas cicatrizes sociais, sentimento de revanchismo e economicamente pouco viável.

<sup>14</sup> PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Op. Cit. p. 176.

Como visto, há uma congruência de situações e mesmo de interesses entre a realidade brasileira e italiana e que podem ser tomados como fator de entendimento da emigração/imigração. Enquanto na Itália havia falta de terra, ou pelo menos, em uma distribuição mais equivalente dessa, no Brasil, ela abundava. O que faltava aqui era, segundo entendia o governo, gente disposta a trabalhá-la.

## 2.2 TERRA E IMIGRAÇÃO: O BRASIL DO SEGUNDO IMPÉRIO

### 2.2.1 Lei de terras

Desde o advento da Lei de Terras de 1850, as discussões acerca da propriedade no Brasil tornaram-se latentes. A regra de concessão de terras desde a descoberta até o ano de 1821 obedecia ao sistema das sesmarias. O novo momento político extinguiu este modelo, mas não fez sua substituição por outro. Isso gerou instabilidade, desinformação e insegurança nos anos que se seguiram à Proclamação da Independência. Uma solução para o problema só foi em 1850, quando da implantação da referida lei. Com intuito de novamente organizar esta questão, mas inserida dentro de um novo momento, a nova lei surgiu pressionada por interesses de vários setores. Entre suas principais definições estavam as que versavam diretamente sobre a questão da posse e legalização das propriedades concedidas anteriormente.

Art. 4º: Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º: Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o posseiro, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circunstâncias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito à indenização pelas benfeitorias.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial do Grão-Pará: 120 anos**. Florianópolis: Ed. Elbert, 2002. p. 45

A nova Lei, ao passo que garantia uma série de direito aos posseiros desde que observadas algumas premissas – entre elas o cultivo e a habitação –, também era taxativa no que concernia às terras ocupadas que fossem objeto de algum tipo de concessão por parte do governo. Questão controversa até os dias de hoje, vista por alguns como avançada por conceder direitos legais a muitos posseiros, na prática a Lei de Terras acabou por dificultar mais do que facilitar o acesso geral à propriedade deste bem. O modelo de comercialização deixou muitos distantes da possibilidade de obtenção, fato tido por alguns como um meio de garantir a manutenção de um contingente de mão de obra necessários ao trabalho no campo e nas cidades. Entre estes os recém-chegados imigrantes europeus.

Art. 3º. São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicada a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.<sup>16</sup>

A partir da segunda metade do século XIX as políticas voltadas para a questão da colonização tiveram uma definição maior. A existência de uma legislação direta fez com que essas políticas fossem melhor estruturadas tornando-as mais eficientes e também mais difundidas. A segurança e a padronização foram muito importantes neste momento. Nesta organização estrutural, a principal lei foi a, já mencionada, Lei de Terras que, entre as várias definições, versava sobre a Colonização e as condições do imigrante.

(Lei nº. 601 de setembro de 1850), por meio da qual os colonos estrangeiros passaram a ter maior atenção, além do regulamento que versava sobre o transporte e a criação de novas colônias, bem como da criação da “Inspetoria Geral de Terras e Colonização”, em 1879, que se constituía numa instituição de apoio à imigração.<sup>17</sup>

### 2.3 A COLÔNIA GRÃO-PARÁ

É conhecido que a política de ocupação portuguesa deteve-se primeiramente na faixa litorânea. Em Santa Catarina, o povoamento teve início, obedecendo esta lógica, com a fundação de cidades como São Francisco do Sul, Laguna e Desterro. Seja por razões de

<sup>16</sup> LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial do Grão-Pará: 120 anos**. Florianópolis: Ed. Elbert, 2002. p. 46.

<sup>17</sup> OSÓRIO, Paulo Sérgio; ZANELATTO, João Henrique. **FORQUILHINHA, do presente para o passado, outras memórias, uma nova história**. Forquilha, SC : Ed. UNESC, 2012 , p. 31.

desinteresse, do perigo das matas e do elemento nativo<sup>18</sup>, ou mesmo, pelas barreiras naturais como é o caso da Serra Geral, as várias regiões do Estado tiveram ocupação posterior. No que concerne à região Sul, mais especificamente à porção territorial que seria objeto da implantação da Colônia Grão-Pará, segundo Dall'Alba<sup>19</sup>, tem-se relatos de viagens a essas terras de gente proveniente da Enseada de Brito que remontam à 1775. Registros<sup>20</sup> mais concisos se dão por ocasião da abertura da estrada ligando Laguna à Estrada dos Conventos em 1780. Na segunda metade do século seguinte com a descoberta de jazidas, o carvão passará a estar ligada aos movimentos de ocupação da região.

Em se tratando da fundação da Colônia Grão-Pará, as razões estão intimamente ligadas à política matrimonial da corte brasileira. Por ocasião do casamento da Princesa Isabel e o Conde D' Eu em 15 de outubro de 1864, seguindo o que pregava a Lei nº 166, de 1840, coube a essa um dote de terras pertencentes à nação<sup>21</sup>.

A Lei nº. 166, de 1840, estabelecia para as princesas imperiais, filhas de D. Pedro I, um dote de terras pertencentes à nação, e a primeira que se valeu, desta legislação foi a Princesa Dona Francisca Carolina de Bragança, ao consorciar-se com o Príncipe de Joinville.

A Lei nº. 1.217, de 07 de julho de 1864, estabeleceu as condições dos dotes das princesas, filhas de Dom Pedro II, e, casando-se, nesse mesmo ano, a Princesa Dona Isabel, com o Príncipe Gastão d'Orleans, Conde d'Eu, teve, pelo seu contrato matrimonial, estabelecendo um patrimônio em terras devolutas<sup>22</sup>.

Por determinação do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, foram então concedidas, ao novo casal, 98 léguas de terras a serem posteriormente demarcadas. A lei nº 1.904, de 17 de Outubro de 1870, determinou as condições para a escolha, medição e destinação das terras e, em conseqüência, delimitou-se, em 1881, uma porção de 12 léguas quadradas no vale de Tubarão e nas encostas do rio Braço do Norte e rio Oratório, que cobriam “*os atuais municípios de Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa, parte de Armazém, Braço do Norte, São Ludgero e Lauro Muller*”<sup>23</sup>.

Esta medição não foi a única a ser realizada, houve outra de igual proporção, feita na região do vale do Araranguá, mas a escolha dos príncipes deu-se no município de Tubarão.

<sup>18</sup> Neste sentido estamos nos referindo ao processo de ocupação com a introdução do homem branco. Obviamente já existia na região grupos indígenas desde muitos séculos.

<sup>19</sup> DALL' ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no Grande Orleans**. Orleans: Instituto São José, 1986. p. 406.

<sup>20</sup> Importante destacar que aqui tratamos da ocupação ligada ao elemento europeu. No caso, da Colônia Grão Pará, aos europeus da segunda metade do século XIX. É sabido que a região era habitada por indígenas antes disso.

<sup>21</sup> PIAZZA, Walter. Op. Cit. p. 228.

<sup>22</sup> PIAZZA, Walter, **A colonização de Santa Catarina**, p. 228.

<sup>23</sup> DALL' ALBA, João Leonir. 1986. Op. Cit. p.17.

Segundo Lottin<sup>24</sup>, a alegação dos técnicos foi de que a motivação estava ligada às características do relevo, embora o autor atente para o conhecimento das potencialidades carboníferas desta em detrimento da região do Araranguá. Fato que a Comissão chefiada pelo Engenheiro Carlos Schlappal, responsável pelas análises na região de Tubarão, já havia tornado público. Levando em conta o minério encontrado, juntamente com o projeto da estrada de ferro, que já era do conhecimento da corte, a escolha final acabara sendo esta.

Independente das motivações que levaram a escolha, o reconhecimento por tal preterimento, parece ter se consolidado na escolha do nome da cidade fundada dentro dos limites da Colônia. Orleans faz referência direta à Casa de Orleans, de onde provinha o príncipe Conde D'Eu em homenagem a cidade natal, na França, e ao Imperador D. Pedro de Alcântara que ostentava o título príncipe de Grão-Pará, então maior província do Império Português<sup>25</sup>.

A opção pela colonização mediante o estabelecimento de uma empresa criada para este fim pode ser interpretada como uma condição da situação monárquica da época. Às vésperas da Proclamação da República, a situação econômica do governo não era das mais satisfatórias. Fato que não mudou muito nos anos que se seguiram a esta proclamação, visto as dificuldades enfrentadas em outros processos de ocupação territorial do Brasil República<sup>26</sup>. Esta realidade fez com que o conde D'Eu e a princesa Izabel, firmassem, em 1881, um contrato com o comendador Joaquim Caetano Pinto, para que se iniciasse o processo de colonização das terras a que fazia jus o "Patrimônio Dotal"<sup>27</sup>. Contando com a vinda de imigrantes europeus por meio da política de aliciamento já conhecida, em 02 de Dezembro de 1882, fundava-se a Colônia Grão-Pará.

Inicialmente, foi criado um regime especial que cuidava e monitorava o funcionamento da Colônia que foi implantada pela Empresa de Terras e Colonização, responsável direta pela colonização de Orleans, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e São Martinho, a partir de 1882. A primeira sede central da colônia foi em Grão-Pará onde funcionou até 1895, sendo, então transferida para Orleans. Após estar decidido que a sede da nova colônia fixar-se-ia no município de Tubarão, como primeira providência, lançou-se na sede da comarca o seguinte Edital:

---

<sup>24</sup> LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000; História e Desenvolvimento**. 1998. p. 27.

<sup>25</sup> DALL' ALBA, João Leonir. 1986. Op. Cit. p.17.

<sup>26</sup> Podemos citar, nesse sentido, o processo de colonização em outras regiões, que de difícil execução por parte do.

<sup>27</sup> Foi este o termo usado para se referir às terras que fazia parte do dote concedido à princesa em razão do casamento.

O Doutor João Carlos Greenhallgh, Juiz Comissário do município da Laguna e Tubarão por nomeação do Governo Faço saber que por ordem do Governo Imperial vem proceder a medição dos terrenos e devolutos existentes entre os Rios Tubarão e Oratório, a Serra Geral e o Rio Braço do Norte, os quais foram parte do Patrimônio Dotal de Sua Alteza Imperial e seu Augusto Esposo. Todos aqueles que se julgarem prejudicados com esta medição deverão apresentar suas reclamações no decorrer da mesma. E para que e não alegue ignorância se afixa o presente. Tubarão 26 de novembro de 1873. Eu Joaquim Fernandes Torres, escrivão que escrevi.<sup>28</sup>

Uma vez iniciado o processo de medição das terras em questão, instalou-se a necessidade de averiguação da existência de possíveis proprietários que pudessem já ocupar este território. O texto alertava para a necessidade de que aqueles que, sentindo-se no direito fizessem suas reclamações no decorrer dos procedimentos demarcatórios. Aparentemente poucos, ou nenhum requerente as fez, uma vez que, passado pouco mais de um ano, tempo necessário à medição das terras, foi lançado um novo edital com os mesmos dizeres.

O Doutor João Carlos Greenhallgh, Juiz Comissário do município de Laguna e Tubarão por nomeação do Governo Faço saber aos que o presente virem que estando terminado a medição de doze léguas quadradas de terrenos devolutos que constituem parte do Patrimônio Dotal da Sua Alteza Imperial e seu Augusto esposo, marco o prazo improrrogável de setenta dias para apresentação de reclamações daqueles que se julgarem prejudicados pela dita medição. Extremam os terrenos medidos, pelo sul com os rios Oratório e Tubarão e Travessão da concessão dos Miranda: pelo leste com os terrenos possuídos à margem direita do rio Braço do Norte e com o mesmo rio; pelo norte com os terrenos devolutos e pelo oeste com a serra geral. E para que não se alegue ignorância se fixa o presente. Tubarão, 20 de outubro de 1874. Eu Joaquim Fernandes Torres. Escrivão que escrevi; João Carlos Greenhallgh.<sup>29</sup>

Destaca-se, nos editais supracitados, a preocupação aparente do governo imperial, em fazer com que os atos ligados a esse acontecimento tivessem ampla publicidade. A legalidade com que se parece dirigir este projeto, entretanto, resume-se ao caráter informativo das ações. Pouco se sabe e, é provável que, mesmo aqueles que se enquadrassem nas condições descritas, não teriam, ou não tiveram muito o que reivindicar diante do interesse real. Depois de transcorridos os setenta dias de prazo para reclamações procedeu-se a lavratura da escritura de tombamento da área medida:

Aos quatorze dias do mês de abril do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e cinco, nesta vila de Nossa Senhora de Piedade de Tubarão, onde se acharam presentes o Luiz Comissário Dr. João Carlos Greenhallgh, engenheiro encarregado de proceder a medição, demarcação e discriminação quinhentos e vinte e dois milhões, setecentos e vinte mil metros de terrenos devolutos (522.720.000 m<sup>2</sup>) ou doze léguas quadradas, que constituem nesse município parte do Patrimônio Dotal de Sua Alteza Imperial e procurador dos mesmos Augustos Príncipes o Capitão Luiz Martins Collaço. [...] que nesta data e de Ordem do mesmo Governo fazia ele juiz entrega definitiva das mencionadas terras ao procurador de SS. Altezas como tal reconhecido pela procuração que

<sup>28</sup> LOTTIN, Jucely. 1998. Op. Cit. p. 32.

<sup>29</sup> LOTTIN, Jucely. ORLEANS 2000 – **História e desenvolvimento**, pág. 32

apresentasse ao diante transcrito fornecendo-lhe a mesma ocasião cópia tanto da planta como de tombamento. E tendo o mesmo procurador declarado que autorizado por seus Augustos Constituintes aceitava o terreno medido e deles tomava posse em nome de Suas Altezas, mandou o juiz lavrar este ato no qual assinou com o Procurador e mais empregados da Comissão. [...].<sup>30</sup>

Criada a empresa e fundada a colônia problemas de ordem organizacional mostraram-se comuns. A área era muito extensa e a administração de toda colônia passava pela necessidade da criação de mais empresas para a realização desta tarefa. Por conta das diversas questões decorrentes dessas dificuldades iniciais, a empreitada mostrou-se onerosa e de não fácil equacionamento. Obviamente, os interesses ligados a este projeto, deviam validar os esforços que aparecem com mais frequência nos relatos.

Era evidente e iminente a necessidade da criação de uma ou mais empresas para administrar todo o complexo da colonização. Todo o processo passava por medições de terras, construir uma infra-estrutura mínima qual seja a definição e demarcação de lotes, desmatamentos, construção de estradas, ranchos e barracões para receber os imigrantes. Não menor esforço seria o de promover a colônia por toda a Europa, aliciar os contingentes de pessoas interessadas, promover o seu transporte até o porto de saída, contratar navios para trazê-los até o Brasil<sup>31</sup>.

As dificuldades não existiam somente dentro da colônia, como vemos, havia a necessidade de promover o novo empreendimento da Europa a fim de engrossar os contingentes dispostos a se lançarem nesta “aventura”. Além da propaganda, havia os gastos com transporte e acomodações e toda a estrutura para além da Colônia. A aprovação da Lei Glicério<sup>32</sup>, criada através do Decreto de 28 de Junho de 1890, vinha auxiliar os projetos de colonização, que Brasil a fora demandavam de número crescente de indivíduos. Entre a propaganda realizava pelos agenciadores na Europa e a realidade que os esperava havia um distanciamento significativo. As dificuldades enfrentadas na viagem eram só uma amostra do que os esperava do lado de cá.

Para chegar ao Brasil os imigrantes viajavam de 25 a 30 dias, geralmente na terceira classe dos navios. No Rio de Janeiro, ficavam de quarentena na Ilha das Flores, alojados em barracões. Dali eram encaminhados às colônias existentes no sul do país. Os imigrantes destinados à colônia Grão-Pará viajavam até o Porto de Laguna ou Imbituba, de onde seguiam através de pequenos barcos ou canoas para o Porto de Gravataí. Em frente seguiam a pé com seus pertences em lombo de burros até o lugar de destino<sup>33</sup>.

<sup>30</sup> LOTTIN, Jocely. ORLEANS 2000 – **História e desenvolvimento**, pág. 33

<sup>31</sup> LOTTIN, Jucely. 2000, p.34),

<sup>32</sup> Esta Lei destinava-se a formação de um corpo de representantes encarregados de arregimentar, em toda a Europa, mais especificamente na Itália, pessoas dispostas a participarem dos projetos de colonização Descrita como sendo “uma intensa, porém, nem sempre honesta campanha de propaganda, com fartas promessas, atraiu muitos imigrantes”. Segundo (LOTTIN, 2004, pág. 20).alguns dos imigrantes eram fugitivos de perseguições políticas, outros cansados de revoluções, procuravam um ambiente de paz para suas famílias, outros ainda viram na imigração uma forma de fugir da miséria que assolava a Europa.

<sup>33</sup> LOTTIN, Jucely. 2004, p. 20.

Após a criação da colônia, publicações dos referidos editais e iniciação dos trabalhos, seguiram-se os tramites de nomeação e designação dos cargos para a administração da mesma. Tendo sido nomeado pelo Comendador Caetano Pinto Júnior, o Norte americano Carlos Mitchel Leslie como primeiro Diretor da Colônia. “Os demais Diretores da Empresa foram, pela ordem, Artur da Silva Soares, já com sede em Orleans, Propício Barreto Pinto, Ettore Parente e Etienne Stawiarski, Guilherme Elbert e Plínio Benício da Silva<sup>34</sup>.

Desde a fundação até 2 de outubro de 1888, o território da Colônia permanece o mesmo com a autoridade a cargo do Diretor. Nesta data, Orleans do Sul é elevada à categoria de Distrito, ficando então, subordinada diretamente ao governo imperial. Embora este desmembramento signifique uma diminuição territorial importante e a Proclamação da República viesse a mudar consideravelmente sua estruturação, a Colônia continuaria, com força, por mais três décadas.<sup>35</sup>

Devido à Proclamação da República e ao conseqüente banimento da Família Imperial, os Condes venderam, em 8 de novembro de 1890, seu Patrimônio em Terras. Mal em tempo. Poucos dias depois o governo republicano, confiscava-lhes todos os bens. Também o Comendador Pinto cede seus direitos, mesmo porque, apesar de ver que o investimento ainda continuava prometedora, não conseguiria realizar seu ideal de colônia-modelo. Compradora e sucessora da Colônia Grão-Pará é a Empresa de Terras e Colonização, do Rio de Janeiro, fundada poucos meses atrás [...].

Com o fim da monarquia iam-se seus direitos políticos e a perda também de suas posses era questão de tempo. Não sem razão, sabedores dessa situação, membros da família real e seus representantes apressaram-se em se desfazer dessas. Como retratado no texto, embora ainda mostra-se promissora a Colônia Grão-Pará, no que concernia ao patrimônio real, fora vendida em 08 de novembro de 1890. Com isso, os rumos e o modelo organizacional entrariam em uma nova fase.

---

<sup>34</sup> LOTTIN, Jucely. 2000, p. 36.

<sup>35</sup> DALL'ALBA, Pe. João Lenoir. 1986, p. 18

### 3 CAPÍTULO II: RELAÇÕES DE TRABALHO E COTIDIANO DA COLÔNIA GRÃO-PARÁ (1882-1900)

Tratar do cotidiano impõe a necessidade de, primeiramente, definir o modo de entendimento deste conceito que, conseqüentemente, tende a nortear nossa pesquisa, nosso trato com as fontes e a nossa escrita. Este tema não é incomum e seu estudo já esteve relegado às áreas da geografia, filosofia, psicologia entre outras. Na história não é diferente. Tomamos, entretanto, a definição dada pela socióloga búlgara Heller Agnes, para quem:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Na vida cotidiana colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe em toda a sua intensidade<sup>36</sup>.

Segundo essa definição, no cotidiano entram todas as ações do homem no contato com o meio que o cerca e com os demais indivíduos que o habitam, para o desenvolvimento das quais são mobilizadas todas as suas potencialidades. Como um desfecho natural, o fato de no cotidiano entrarem todas estas questões, faz com que algumas se tornem mais latentes em detrimento de outras, e sob esta mesma lógica nenhuma delas atinja a plenitude. Para além dessa condição primeira, temos uma segunda que interfere diretamente na definição do nosso objeto específico de trabalho. Sendo impossível tratar da generalidade que representa o cotidiano, definimos para este capítulo e para nossa pesquisa focada, dentro do cotidiano, as relações de trabalho que envolve e posiciona, na Empresa Grão-Pará, colonos, funcionários, engenheiros, prestadores de serviços em geral e, obviamente os administradores do empreendimento. A proposta é desenvolver um estudo que leve em conta o posicionamento de cada um desses indivíduos dentro da organização deste todo. Seus relatos, suas angustias e tudo aquilo que pudermos extrair das cartas, seus remetentes e destinatários. O caráter, por vezes pessoal, que existe neste tipo de fonte, diferente do documento oficial por exemplo, nos faz crer no potencial diferencial representado por estas correspondências e justifica nossa escolha de material.

---

<sup>36</sup> HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Ática, 1991. p. 17

### 3.1 COLÔNIA E OCUPAÇÃO

Uma vez fixados os colonos à terra muito em razão das campanhas de divulgação e arrebanhamento na Europa realizados por indivíduos ligados ao projeto de organização da Colônia, iniciava-se aquela que, talvez tenha sido, a parte mais complexa de toda a empreitada. Tratava-se, nesse momento, de efetivar a ocupação do solo e fazê-lo produzir de modo a garantir o sustento dos trabalhadores, bem como o sucesso e a manutenção da Colônia. As campanhas de divulgação mediante as quais se tentava motivar a vinda para a região comumente davam-se mediante a construção de uma situação deveras vantajosa para aqueles que atendessem ao chamado. Segundo a propaganda oficial, isso estava longe de ser uma aventura. As cartas endereçadas pelos colonos aos diretores da Empresa nos primeiros anos de ocupação, período de nossa pesquisa, mostram, entretanto que a realidade encontrada não era tão condizente com aquela apresentada nos materiais e discursos de divulgação.

As dificuldades vivenciadas pelos colonos eram de variadas ordens. Neste período a inoperância do Governo e sua incapacidade para desenvolver políticas de colonização eram admitidas por ele mesmo. Faltavam recursos e contingente para projetos desta monta. A própria utilização de experiências como a Empresa Grão-Pará foi exemplo desta condição. Segundo esta lógica, à Empresa e, nesse caso, ao seu dirigente, cabia a resolução de praticamente tudo o que acontecesse sob seus domínios.

Para além das questões infraestruturais necessárias ao andamento da colônia que já era assumida junto à Coroa quando da delegação do projeto de ocupação, recairiam sobre os ombros dos diretores a responsabilidade por gerir questões de cunho econômico, político e, por vezes, jurídico e mesmo de foro privado. Não foram poucas as epístolas que versavam sobre questões estritamente pessoais que foram endereçadas aos diretores na busca por sua mediação ou solução de problemas e contendas.

Uma prerrogativa vital era de que a colônia fosse capaz de funcionar como unidade autônoma. Por razões de distância e de demanda interna, era necessário desenvolver aí as principais atividades mantenedoras de uma sociedade. Mesmo que em escala reduzida a colônia concentrava desde atividades ligadas à manufatura primária (produção de farinha, ferraria, etc.) como prestação de serviço farmacêuticos e de ordem religiosa. O sucesso do novo empreendimento já em seus anos iniciais era tido pelos seus responsáveis como peça fundamental na política de divulgação. Garantir boas condições aos seus habitantes significava uma propaganda favorável capaz de atrair novos contingentes para a região. Isso ajuda a explicar o empenho em fazer funcionar de bom modo as atividades da colônia que, no

primeiro ano, contava basicamente com colonos brasileiros e/ou imigrantes que já se encontrassem em solo brasileiro.

Mesmo antes da chegada dos europeus, o Diretor Leslie deveria iniciar a venda de lotes aos nacionais ou estrangeiros residentes no Império. O objetivo era fazer com que estes colonos pudessem servir de incentivo e auxílio aos recém-chegados. Além disso, contribuiriam para que no primeiro ano se colocassem as cinquenta primeiras famílias, conforme estava previsto no contrato de Paris<sup>37</sup>

Esta meta de número de famílias que deveriam ser assentadas à terra no primeiro ano de funcionamento da Colônia era apenas uma das que constavam do referido contrato que deu origem ao empreendimento colonizador<sup>38</sup>. Entre outras coisas, este definia a estrutura da empresa, suas projeções de crescimento e os percentuais de lucro relativos a cada uma das partes. O intento era de que os colonos gozassem de condições capazes de fazê-los donos de seus lotes em curto espaço de tempo. Essa condição, uma vez alcançada, também trabalharia em prol da boa propaganda da Empresa.

Sobre esta questão Valmir Martins, cita inclusive o interesse de se criar armazéns e uma cooperativa por parte do Comendador (diretor) como meio de diminuir a exploração dos atravessadores e conseguir melhores preços para os colonos na venda de seus produtos.

O temor de que o projeto não lograsse êxito já em uma de suas primeiras metas foi motivo de registro em vários textos. Assentar 50 famílias à Colônia ainda no primeiro ano de funcionamento era interesse descrito ainda na assinatura do Contrato que originou o empreendimento de ocupação, assim sua efetivação era de suma importância por razões práticas e também simbólicas. Isso demonstraria a eficácia e o sucesso do projeto colonizador. Fato que, para além do que representava no campo prático a introdução das famílias, também atuaria como política de divulgação do desenvolvimento e das perspectivas de crescimento da Colônia.

Contra cujo desembolso haviam sacado 4. Os senhores Fould Freires, por R\$ 10,000. R\$ 4:300,000 que fica a seu débito. Impressiona-me a incerteza da instalação das cinquenta primeiras famílias, tanto mais por que se não tenho expedido algumas da Europa e por que desejo e tenho como necessário para o desenvolvimento da nossa colonização que as primeiras famílias chegadas encontrem um núcleo que as encorajem em plena atividade e que finalmente lhe sirva de amparo moral e material. Este aviso que é de uma colossal importância admira ter escapado a perspicácia do senhor Leslie. Assim receberem a presente, se o número das cinquenta primeiras famílias, não estiver preenchido.

<sup>37</sup> MARTINS, Valmir. **A contribuição do imigrante para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no sul do Estado de Santa Catarina**. [Dissertação]. UFSC, 1979. p. 13-14.

<sup>38</sup> Idem. p. 10. Nesse sentido ver também: DALL'ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condos**. Secretaria de Cultura de Santa Catarina: Orleans, 1971.

Telegrafem para Paris aos senhores Fould Freires dizendo quantas faltam. E eu ver o que posso fazer para remediar essa falta, creio que expedir sem demora um número que for senhor Leslie deve preparar imediaram alguns lotes e receber colonos da Europa sendo absoluta necessário dar começo as expedições. E meter sangue novo na colônia com ramificações na Europa e atrair gente daqui quanto mais demorar-se esta implantação quanto mais retardamos o processo da empresa que não poderá dispensar os recursos da imigração. Não havendo no país elementos que nos satisfaça isto é que satisfaça a quantidade de famílias que as terras admitem.

Sou com estima de V.S. Assinado Joaquim Caetano Pinto<sup>39</sup>

Como se nota, assentamento, obras infraestruturais e políticas de divulgação estavam interligadas. No tocante ao que as famílias encontrariam na Colônia, é possível perceber a preocupação dos administradores com uma boa imagem. Essa condição, aparentemente, é mais salientada a partir do momento em que o interesse em introduzir o imigrante europeu torna-se necessidade em razão da pouca disponibilidade de nacionais. Essa indisponibilidade de brasileiros para a execução da tarefa de povoamento pode ser de ordem de quantidade ou interesse. É difícil mensurar o quão esse método de fixação do homem a terra mostrou-se sedutor àqueles que já residiam no país. Tanto por não estarem inseridos como elemento principal no projeto desde a sua elaboração inicial, senão para sanar a falta do imigrante nos primeiros anos, como também pelo novo método que poderia lhes parecer incomum. Assim, a intenção de fazer uso desses na fase inicial para servir de atrativo aos recém-chegados da Europa, acabava por trabalhar em via de mão dupla, uma vez que a presença dos imigrantes e toda a propaganda de progresso e civilidade a estes atrelados poderia, igualmente, atuar como fator de convencimento dos nacionais acerca do bom andamento e do progresso que batia à porta.

Dentro desse jogo de promessa e sedução vigente nos primeiros anos de atuação da empresa, também era prática comum, segundo demonstra o material de pesquisa o adiantamento de valores aos trabalhadores recém-chegados. O colono alemão Wilhelm Wethorm recebe do Diretor da colônia certa quantia adiantada para seu sustento, conforme registrado em carta enviada ao Diretor da colônia.

Recebi do Sr. Diretor da colônia Grão Para, a quantia de cinco mil reis (5000) que lhe adianta em dinheiro dado por título de empréstimo a mim Wilthelm Wiethom, colono alemão este dinheiro está adiantado para poder o colono comprar e pagar a vista os mantimentos precisos para seu sustento durante 14 dias compreendidos do dia 16 de fevereiro até 29 do mesmo mês inclusive não deve ser gasto para outro ou qualquer fim só para mantimentos, e nem disse o colono compro mantimentos fiados em qualquer parte em ter este mesmo espaço

---

<sup>39</sup> Carta de José Caetano Pinto para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia).. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

de tempo, sob pena de não receber mais o adiantamento de dinheiro para mantimentos.

Este cálculo está feito na razão de 300 e 20 réis diários para cada pessoa adulta e ao senhor diretor espera que o colono fará todos os esforços e economia precisa para que esta quantia sirva-lhe para esta quinzena.

Escritório, Rio Braço do norte, 15 de fevereiro de 1884.

Wilhelm Wiethom.<sup>40</sup>

O texto em questão que, aparentemente, cumpre função de recibo e de sujeição a compromisso por parte do senhor Wilhelm nos permite algumas observações acerca da organização e das relações na colônia. Ao mesmo tempo em que recebe o valor referido o trabalhador compromete-se, não só a não fazer qualquer compra fiado – uma vez que estava recebendo valor para este fim -, bem como de não fazer uso desta quantia para gasto de qualquer outra natureza, sob pena de não mais poder se beneficiar desta prática. Isso demonstra o caráter corriqueiro deste tipo de negociação. Além disso, há menção a um cálculo base que definia os gastos médios necessários à sobrevivência por determinado período. Disto podemos concluir que o controle sobre o destino dos ganhos na Colônia era grande, especialmente no que concernia aos valores concedidos pela Empresa como adiantamento. A advertência de que se fizesse o possível para que a quantia cobrisse o período mencionado, por sua vez, demonstra que entre o cálculo feito pela Empresa e a sua efetivação no campo prático precisava existir o esforço do colono. Daí, crer-se que o valor era pequeno é perfeitamente plausível.

Outro ponto a ser observado é a menção da etnia do colono. O documento inicia fazendo referência a sua condição de colono alemão. Nesse caso o seu pertencimento étnico antecede o próprio nome. Segundo se pode perceber dos demais registros, não era prática comum esse tipo de menção. Assim, indagamo-nos se o fato de ser Wilhelm estrangeiro e, nesse caso, alemão lhe conferia algum tipo de endosso no que concernia à credibilidade de que fosse honrar com os compromissos, uma vez que o documento trata de adiantamento de valor. É sabido, e já destacamos essa situação, que o interesse da colônia sempre foi contar com contingente estrangeiro em seu projeto de colonização. A aceitação do elemento brasileiro nos primeiros anos se deu muito em razão da falta da opção desejada e como medida de incentivar a vinda desta. A disciplina, retidão e aptidão para o trabalho do alemão já eram sabidas e divulgadas desde há muito. Daí resultava o interesse em sua introdução nos

---

<sup>40</sup> Carta de Wilhelm Wethorm para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), de 15 de Fevereiro de 1884. Acervo do Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, Orleans (SC).

núcleos de povoamento. É esperado que essa fama o tenha acompanhado uma vez em solo brasileiro e, nesse caso, servido-lhe de aval para os negócios.

### 3.2 DIVULGANDO A COLÔNIA

Nos primeiros anos que se seguiram à inauguração, a necessidade de aumentar o número de colonos foi uma constante e demandou ações de variados tipos. As comuns campanhas em jornais foram mantidas como atesta a correspondência de Jose Ag. Demaria para o Diretor da colônia acusando o recebimento de exemplares impressos do circular na Inauguração da sede central da colônia.

Santa Catarina, 21 de Abril de 1883.  
 Ilmo. Senhor C. M. Leslei – Tubarão  
 Tenho a Honra de ocupar a recepção de seu favor 4 do corrente. Recebi igualmente 4 exemplares, empregos do circular distribuindo a 2 de Dezembro para a ocasião da inauguração da sede central da colônia, de quem V. S. é digno Diretor, tomei devida nota das condições atuais da renda de lotes coloniais, cumprirei suas ordens afixando um exemplar em meu escritório comencionado para maior conveniência, em minhas outras informações farei conhecer a quem interessar as vantagens e conveniências que podem ter em se estabelecerem nessa colônia, de tudo terei a V. S. informado, desejando poder continuar a ser de V. S. de utilidade.  
 Me confesso de V. S.  
 José Ag. Demaria.<sup>41</sup>

As relações dos diretores da Colônia com responsáveis por jornais da época eram frequentes e os registros trabalhados evidenciam essa realidade. Mais do que divulgarem em seus impressos o “sucesso” do empreendimento, donos de jornais eram, mais das vezes, pessoas bem relacionadas na corte e nos meios políticos e de negócios. Deste modo, manter com eles uma boa relação era interessante e poderia garantir bons frutos. Se levarmos em conta que, no caso dos projetos de colonização, muitas vezes a única referência que os candidatos a ingressarem na empreitada tinham era aquela colhida das páginas de jornais, vender uma boa imagem do empreendimento era vital para o negócio. Embora as épocas e as situações sejam distantes e distintas, cada qual com suas especificidades, a participação e importância da comunicação se mantém ao longo dos anos.

As ordens.  
 Desterro, 5 de Novembro de 1886.  
 Tenho presente a carta de V.S datada de 19 de outubro Para Satisfazer a pedido que ela contém, tomo a liberdade de remeter a V. S. o recibo da assinatura do jornal do qual consta a importância de seu débito. Manifesto a V. S. meu

---

<sup>41</sup> Carta de José Ag. Demaria para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 21 de Abril de 1883. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

reconhecimento pelo auxílio que se designa prestar o jornal. Ofereço-lhe o meu empréstimo neste capital, e assino-me.

Ilmo Sr. e obra

Martinho José Callado e Silva proprietário gerente do jornal.<sup>42</sup>

Dentre as formas de juntar mais trabalhadores para a colônia, era comum incitar aqueles que nas redondezas já se haviam fixado em outros núcleos. Para isso igualmente contava a boa imagem da Grão-Pará, garantida pela sua infra-estrutura e pelo sucesso dos seus habitantes, bem como fatores de parentesco que pudessem existir. Assim, os trabalhadores eram incentivados a escrever aos seus contando as benesses que poderiam encontrar nestas terras. Empregados ligados à Colônia também eram escalados para realizar incursões na região com intuito de propor contratos de ocupação e exploração de lotes mediante condições específicas.

Barracão do rio dos Pinheiros, 10 de Novembro de 1884.

Ilmo Senhor digníssimo diretor participo-lhe para V. S. que sobre a plantação das colônias desocupadas. Eu fui ter com as colônias, fazendo ver, que o contrato de todos que plantam para repartir ao meu ficando metade do milho para a empresa, fiz ver a todos. Seguintes colônias. Primeiro Galer, Vicencio aceitou a proposta de boa vontade segunda esperancione direto. Orbem Giovane, Domingos Pizolato, Henrique, Mattei Giuseppe, Francisco Homer estes não quiseram que a teriam somente de fazer para eles todo milho que colhessem, porque o trabalho é muito perigoso e tem de fazer taxaço sobre o caminho por causa das tropas dos serranos e também a roça de Guiso Antonio esta muito mal queimada, por este motivo eles preferem trabalhar em suas colônias. O portador e Ilmo. Debuagem Matteo deve fazer uma consulta com ele como deve fazer que sim ou não, e para meu governo nada mais.

Enfermeiro João Teixeira de Mello.<sup>43</sup>

Conforme explanado no texto a proposta era de que os futuros ingressantes produzissem na condição de meeiros, ou seja, eram colonos onde a terra na maioria não pertencia a eles próprios. No caso, ficando eles com uma metade da produção e a Empresa com a outra. Essa condição de negócio era proposta muito em razão dos trabalhos preliminares que a própria Empresa havia realizado nos lotes e no que concernia a estrutura da colônia como um todo. No que diz respeito à estrutura falamos do aparato de sustentação do conjunto de moradores como estradas, construções, manufatura de farinha entre outros. No caso das obras ligadas aos lotes propriamente ditos, podemos destacar as derrubadas e queimadas que, muitas vezes eram feitas previamente pela Companhia fazendo uso dos serviços de trabalhadores já fixos que desenvolviam estas atividades como meio de ganhos

---

<sup>42</sup> Carta de Martinho José Callado e Silva para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 5 de Novembro de 1886. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

<sup>43</sup> Carta de João Teixeira Mello para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 10 de Novembro de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

extras. Essa era uma tática que servia ao mesmo tempo para garantir a estes empregados maiores fontes de ganhos e assim contribuir para melhorar sua situação econômica, como para, conforme já apontado, atrair novos colonos interessados em se fixar na colônia.

No documento em questão a narrativa demonstra pouco sucesso do empregado da Empresa em sua tarefa de convencimento. Alguns dos colonos procurados alegam que as obras que haviam sido realizadas eram de pouca qualidade e que, deste modo, só lhes seria viável o negócio se pudessem eles ficar com toda a produção que daí resultasse. Leslei escreve a Giacomo Tonon autorizando a fazer ferragens para Pierobom Giuseppe terminar a atafona do Rio dos Pinheiros.

Escritório da Colônia Grão-Pará 21 dezembro de 1884.

Ilmo. Sr. Giacomo Tonon

Sede Braço do Norte 21 dezembro de 1884.

Ao senhor Autorizo a V. S. de fazer as ferragens que o Sr. Pierobom Giuseppe encomendou-lhe para concluir o trabalho da atafona no Rio dos Pinheiros

De Sr Diretor Leslei.<sup>44</sup>

A comunicação citada dá conta da construção de uma atafona (destinada a produção de farinha). Esta benfeitoria era importante do ponto de vista da garantia de produção de alimentos na Colônia e demonstra que as obras nesse sentido gozavam de cuidado e empenho por parte dos administradores. O que podemos perceber no confronto desta citação com a anterior e, mesmo com outras tratadas ao longo da pesquisa, é que as críticas quando feitas aos trabalhos da Empresa se dão no que concernia aos ligados aos lotes e não no que dizia respeito à estrutura da colônia como um todo. Como destacamos quando da propositura de negociação de produção às meias. As objeções naquela oportunidade justificavam-se pelo mau trabalho de preparo preliminar dos lotes não sendo feita menção alguma às demais obras de utilização coletiva. O que nos permite pensar que essas eram consideravelmente superiores que aquelas.

Em outra passagem relativa a esses trabalhos lemos:

Distrito do Braço do Norte. Em 2 de abril de 1884.

Ilmo. Senhor diretor espero sois grato de me fazer este pedido para em ter lugar de entrar no servidor da empresa em uma turma ou senhor me cedendo este pedido eu trabalho um mês na empresa que fique em contado meu serviço e outro mês para mim ou o tempo que ou senhor quiser. Eu me sujeito em qualquer serviço de estrada fazer e supervisionar picadas.

José Mralham de Souza

As ordens.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Carta de C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia) para Giacomo Tonon, 21 de Dezembro de 1884. Acervo do Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, Orleans (SC).

A atuação nas atividades de responsabilidade da Empresa eram visadas por garantir uma renda adicional àquela que seria proveniente da produção. Por isso o interesse dos trabalhadores em fazer parte das frentes de trabalho que eram organizadas para esse fim. Podemos perceber, nesse caso, que o trabalhador se sujeita a várias condições de trabalho. Disso denotamos que tanto havia uma flexibilidade grande na confecção dos contratos de trabalho, como um grande interesse por parte dos trabalhadores em que fosse feita sua inserção nessas atividades. Essa reciprocidade de interesse parece ser uma característica marcante das relações de trabalho entre colonos e Empresa.

### 3.3 TRABALHO E INTERESSES: AS RELAÇÕES NA COLÔNIA.

Para além das obras a serem desenvolvidas, interessava sobremaneira à administração da Colônia, ou pelo menos era um discurso corriqueiro, que com os ganhos acumulados pelos trabalhadores, estes conseguissem realizar a quitação dos seus débitos e se tornassem proprietários definitivos das terras que ocupavam. Entretanto, o que se evidencia nas correspondências que analisamos é um contraste significativo entre aquilo que parecia ser o desejo dos dirigentes e a realidade enfrentada no dia a dia. Mais do que ganhos as correspondências relatam dívidas.

Sede Central, 1 de Janeiro 1886.

Dividas de José Krisner nesta data, para cujo pagamento lhe consigna de seu ordenado cinquenta mil reis por mês, sem desfaltar qualquer mês. Desta forma José Krisner garante ao senhor diretor de pagar em 10 meses a todos sem barulho e mais incômodo ao senhor diretor e sem despesas, tudo pacificamente, recebendo cada pessoa diretamente seu dinheiro no fim de cada mês e garante também de não gastar mais por viver durante esses dez meses do que o restante de seu ordenado mensal cujo restante é apenas cinquenta mil reis, e nem pedir adiantado fora seu ordenado mais um Vintena

Esta conforme 1 de janeiro de 1886.

José Krisner<sup>46</sup>

Relatos como este demonstram que era comum o endividamento por parte dos colonos e que também havia um controle importante por parte da administração sobre as finanças ou mesmo as relações comerciais existentes na Colônia. Isso era mais do que coerente uma vez que aos diretores cabia a mediação e a solução de praticamente todas as questões que envolvessem a Colônia e seus moradores. Nota-se que o texto em questão faz menção a

<sup>45</sup> Carta de José Mralham de Souza para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 2 de Abril de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

<sup>46</sup> Carta de Malau Antonio para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 4 de Julho de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

situação de um servidor da empresa, visto que fala de ordenado mensal citando inclusive o valor do mesmo. Esta condição não era a dos colonos. Salvo os que além desta atividade também prestavam serviços à Empresa nos moldes que já abordamos. Esta relação, contudo, nem sempre garantia a ambos os lados os resultados que se esperava.

Ilmo. Sr Diretor

Tendo-me tirado o sustento no último pagamento, dizendo que precisava mais trabalho, tenho trabalhado constantemente como podem dizer-lho todos os meus vizinhos e peço-lhe ao senhor diretor mande medir o que tenho derrubado como a coivara que esta pronta para queimar e se encontra entre dois morros, não parece a vista nem a metade do que além disso em esses dois meses pudesse derrubar muito. Uma vez mais peço-lhe ao senhor diretor mande medir o que esta derrubado, um homem só que tem que fazer-se a comida e limpeza achara o senhor diretor que não é tão pouca a obra. Peço ao senhor diretor que tenha um pouco de consideração para este seu criado. Retirando-me o sustento estarei obrigado a abandonar meu trabalho e plantações

Malau Antonio

Morro do Salto 4 de julho de 1884.<sup>47</sup>

A situação relatada permite algumas reflexões sobre as relações que norteavam os “contratos” de trabalho na Colônia. Em primeiro lugar, a negativa de pagamento ao dito trabalhador sob alegação de não cumprimento a contento das suas atividades, aponta para um senão rígido, pelo menos existente, controle sobre o rendimento destes empregados. Em segundo, destacamos a atitude de recorrer aos vizinhos com testemunhos por parte do trabalhador na esperança de que estes atestassem seu empenho. Como terceiro ponto, temos a afirmação, ainda no sentido de comprovar seu labor, de que se fizesse a medição dos trabalhos. Coisa que demonstra que o controle exercido pela administração, nesse caso, não fez uso de um método objetivo de quantificação. Convém mencionar a citação da condição de homem solteiro que necessitava fazer todos os serviços da casa. Essa condição demonstra que além de casais, havia também a incidência de homens solteiros ingressando na Colônia. Após todas essas alegações e justificativas o trabalhador lança mão, daquele que talvez, fosse o mais importante dos argumentos. Condiciona o corte do ganho ao seu abandono do empreendimento. Partindo-se do pressuposto de que era de interesse não só a atração de novos trabalhadores como a manutenção daqueles já fixados, isso poderia servir como elemento dessa questão.

---

<sup>47</sup> Carta de Malau Antonio para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 4 de Julho de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

Vejamos outra passagem neste sentido.

Barracão do rio dos pinheiros, 27 de novembro de 1884.

Ilmo. Sr.

Digníssimo. Diretor da colônia de Grão-Pará

Participo-lhe para V. S. que o colono Nicolete Cristofalo também veio aqui no Barracão me dar parte que deixava sua colônia, que não queria mais ser da colônia e que deixava sua ferramenta e armamento em casa do seu sogro Cristofalo e que não ia no escritório que o senhor diretor podia ficar zangado com ele.

Seguintes ferramentas. Uma pistola, uma espingarda, duas facas, duas enxadas, uma Apá, um machado, uma foice, nada mais.

Rio Braço do Norte 27 de novembro de 1884.<sup>48</sup>

Neste caso não vemos nenhum tipo de negociação, mesmo porque, a carta fala de um terceiro elemento. Este, segundo consta, havia deixado a Colônia, tendo estado no Barracão - possivelmente um centro de distribuição e de controle de materiais - apenas para deixar os materiais que eram de propriedade da Empresa. Disso podemos concluir que, além de haver uma política de cessão de ferramentas e utensílios aos colonos por parte da administração do órgão, o abandono dos lotes por parte dos trabalhadores era tratados com rispidez. A ponto de o empregado alegar não ter ido ter com o diretor por medo da reação deste.

Vejamos mais um caso,

Sr Diretor, diz Antonio Spancione que Juniato Paulo deixou de sua colônia, eu não sabia que não estava mais em casa dele, ele vem fazer pedido desta direta colônia para V. S. fazendo ver que sua colônia não esta a seu contento dele, proveniente que ele tem feito todos esforços para conseguir as suas plantações e não tem vindo boas como o milho e o feijão esta seco, e por este motivo estou muito desgostoso, e se V. S. ceder esta colônia de Juniato Paulo lhe ficara muito agradecido, como uma esmola que V. S. faz para ele e sua família como de um pai de seus filhos por isso espero de vossa senhoria a sua boa determinação.

Sr João Teixeira. Mello<sup>49</sup>

Nesta correspondência que mais uma vez faz menção a outros, temos o pedido do comunicante ao diretor para que lhe conceda a posse sobre a porção de terras que fora abandona pelo terceiro, bem como sobre as plantações que foram abandonadas. Importante que, neste, caso vemos o relato das más condições da lavoura que fora deixada para trás. Essa informação obviamente não consta do relato, mas atesta a falta de produtividade da Colônia restando como justificativas validas apenas outras alegações.

Conforme já mencionado, as dívidas eram as mais comumente apresentadas.

<sup>48</sup> Carta de João Teixeira Mello para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 27 de Novembro de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

<sup>49</sup> Carta de João Teixeira Mello para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 27 de Novembro de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

Rio Braço do Norte, 27 de Novembro de 1884

Ilmo. Senhor Diretor

No estado em que me vejo, estando quase sem ter o que comer porque os negociantes não querem mais me fiar pela demora que tem havido em lhes pagar, minha obrigação vir a presença de V. S. solicitar para me dar o saldo de minhas contas. V. S. é sempre bondoso para com os seus empregados, e não os deixava sofrer vexames, como agora me aconteceu. Sou um dos seus empregados mais antigos, e nunca andei incomodando a V. S. com continuado pedido e tenho consciência de lhe ter servido bem, mas hoje a necessidade a isto me obriga, e estou certo que V. S. não me deixará sofrer mais. Sou constantemente perseguido por dívida, nada a mais tenho a dizer, assim espero que V. S. atenda ao meu pedido, saudando minhas contas com dinheiro ou letra. Creia o senhor diretor que, só a muito custo e muito necessitado, é que lhe escrevo esta carta, por não animar de vera voz a impor a V. S. o que sofro pelo muito respeito que lhe tenho. No mais, peço sempre as ordens de vossa senhoria para ver com todo respeito.

Caetano Mamede de Oliveira<sup>50</sup>

As dificuldades em manter em dia os pagamentos das despesas de vida no novo empreendimento abundam no material trabalhado. É nítido, deste modo, que a vivência fora dificultosa, especialmente, nos primeiros anos. Também é de fácil localização as correspondências que trazem como característica a, já demonstrada, citação de terceiros. Seja por razões de domínio da escrita, de intimidade com os administradores, de posição hierárquica ou mesmo por coincidência, fato é que, comumente encontramos uma carta que ao explanar alguma situação particular, já faz referência a um vizinho, conhecido ou membro qualquer da colônia que também tenha assuntos a tratar com o mesmo destinatário. Assim, cartas com duplo remetente e versando sobre assuntos distintos são relativamente comuns.

Digníssimo Senhor Diretor da Colônia Grão Para.

O colono Giacomo Moreza pede a V.S que tenha a bondade de pagar as dividas ele tem feito nestes dois meses, sendo que ninguém quer mais nada, até ele pagar as primeiras dividas que importara, a quantia de trinta mil reis e mais frete favor que tenha bondade de fazer um bilhete para ele poder comprar mais. Este colono esta trabalhando com toda inspiração e inteligência, para no futuro ser um bom colono e independente. E quanto ao meu trabalho creio que terei o que fazer. De um a dois meses, eu mandei buscar a corrente pelo Gortano M minha não chegou. Se Vossa S não entregar a ele tenha a bondade de me mandar La por não entregue até domingo, 3 de Janeiro 26 manda te o livre até lá estarei presente.

Vossa Senhoria.O humilde Criado Leandro Lenzi.

Rio dos Pinheiros 31 de Desterro de 1885.<sup>51</sup>

Conforme apontado as razões que podem explicar este tipo de comportamento são variados, mas alguns indícios nos permitem aventar possibilidades mais concretas. O modo com que o emitente da correspondência acima se dirige ao administrador dá-nos uma idéia de

<sup>50</sup> Carta de Caetano Mamede de Oliveira para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 27 de Novembro de 1884. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

<sup>51</sup> Carta de Leandro Lenzi para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia), 31 de Dezembro de 1885. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

certa intimidade. Tanto no que diz respeito ao modo de se dirigir ao superior, quanto no que tange a forma descritiva do colono. Ao falar do modo como este desenvolve suas atividades com afinco e presteza e como acredita na sua capacidade futura de se tornar um produtor destacado, fica clara a posição de relativo prestígio que este possui a ponto de fazer juízo de valor e avaliar a atuação e o comportamento de outro. Já no início da correspondência as questões relativas aos pagamentos mais uma vez estão presentes. A dificuldade em continuar comprando fiado sem ter saudado as dívidas anteriores é acompanhada do pedido ao diretor de que, dentro das possibilidades, fizesse um bilhete de recomendação de tal sorte que este pudesse continuar comprando mediante esse aval. Disso podemos extrair para além desta questão direta da necessidade e da autoridade depositada na figura do administrador, também a sua participação em assuntos das mais variadas naturezas. Ao diretor, recorria-se para praticamente tudo.

Amigo e Leslie,

Em primeiro lugar desejo-lhe saúde e felicidades junto a sua excelentíssima família. Tem esta por fim de pedir ao senhor de ter a bondade de aceitar as minhas ordens que dei ao senhor João José Nunes Teixeira da vila de Tubarão 2.500 réis que recebi por as ordens do mesmo sendo 500 réis em 2.000 em 25 pelo qual esse pode o senhor João Nunes de avisar a vossa senhoria e prometeu-me de 4 de junho em diante de poder obter dele mais algum dinheiro. Frederico Danchuwerth concluir seus contratos e quer o pagamento igualmente a Luiz Geloso. Tenho precisar de dinheiro em ordem de poder sacar. Não tive respostas aos meus telegramas em que pedi dinheiro urgente. Aqui há seriedade, continua tudo em boas ordens, mais dois agrimensores trabalhando, mais derrubadas, casas e caminhos contratados. Chegaram ontem mais quatro famílias de italianos, mas de Desterro. Espero ansioso a sua volta para saber as boas notícias que traz de lá, em proveito da colônia. Eu com muito estima e considerações.

De Carlos Othem L.

Engenheiro da Colônia Grão Pará.<sup>52</sup>

Não só os colonos enfrentavam problemas de ordem monetária. Aparentemente o dinheiro rareava na Colônia. Na citação em questão, quem escreve ao comando da empresa é o engenheiro da empresa, um deles possivelmente, e o assunto, embora trate de outras questões como o andamento das obras e a chegada de famílias, tem como principal razão de ser, o pedido veemente de recursos. É de se esperar que a relação entre o Engenheiro e o destinatário da correspondência Leslie, sejam íntimos. Isso fica claro na forma como o texto é iniciado, com menção de cumprimentos à família deste. O que merece destaque é a citada proximidade do relato do profissional com as falas corriqueiras dos demais trabalhadores. Aqui a questão de pagamentos, é reivindicada em nome próprio e em nome daqueles que,

---

<sup>52</sup> Carta de Carlos Othem L. enviada para C. M. S. Leslie (Diretor da Colônia). Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

parecem ser empreiteiros de obras comuns na Colônia. Estadas e derrubadas são citadas como empreitadas prontas e, que, deveriam ser pagas. Comum também eram os registros sobre a efetivação da posse sobre as propriedades.

Digníssimo Senhor Diretor.

Em resposta a sua carta em data de 4 de junho tenho que dizer-lhe o seguinte: segundo o ofício que recebi em data de 15 de dezembro do ano passado em minha própria quista consciência não posso calcular e lenhar. Percaduco o meu título provisório de mil lote que está ainda em meu poder. Há motivo que quando me foi entregue o dito lote da Vossa Senhora me foi concedido para me servir em pagamento de serviço que tinha prestado para a empresa, bem entendido a sendo obrigado a fazer o pagamento que estava estipulado no referido contrato a empresa, em segundo lugar para servir a V.S. cede 50 braças verbalmente para acomodar o colono chamado Turcato, e V.S. me prometeu na mesma ocasião que não me molestava mais a respeito deste lote. Conheço que V.S. se não te achar obrigado não me fazer isto para mim, e também V.S. deve reconhecer que gastei bastante dinheiro no dito lote nas derrubadas de matos, nas plantações de milho, nas plantações de grama, e feitiço de uma casinha. Agora o milho depois de ter ele colhido dentro de casa os bons colonos do lugar me roubaram o milho quase todo. A casinha empresto a J.H.N. E para servir a V.S. por pouco tempo até hoje, a grama plantada com meu próprio dinheiro. E hoje um novo colono recém chegado vai a minha própria propriedade, feita com meu próprio suor.<sup>53</sup>

Pode-se extrair da referida citação, a decepção e reivindicação por parte dos colonos que no intuito de ser efetivamente proprietários dos lotes em que eram assentados, investiam o pouco que possuíam em melhorias e benfeitorias, e que apesar de seu trabalho exaustivo, não eram reconhecidos pelos administradores das terras que por muitas vezes os penalizavam caso não honrassem os pagamentos, logo substituindo-os por novos imigrantes. Assim, seguia um ciclo de exploração do trabalho e garantia de permanência destes colonos que se submetiam às ordens e circunstâncias impostas pelos diretores da colônia. Com o endividamento não conseguiam garantir os investimentos e a desapropriação e perda da posse dos lotes era uma preocupação constante. As promessas não cumpridas por parte dos diretores são notórias neste texto, independente do quanto era por eles investido na propriedade, ainda que, firmado verbalmente contrato entre as partes não era suficiente para garantir de forma efetiva o direito de possuir as terras. Assim, o discurso muitas vezes propagado de que era interesse da administração da Colônia de que os trabalhadores conseguissem em curto espaço de tempo se tornarem donos de seus lotes, na prática estava longe de efetivar. O projeto colonizador era capitalista e assim direcionava suas ações no campo dos negócios.

---

<sup>53</sup> Carta enviada para C. M. S. Leslei (Diretor da Colônia. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

O controle exercido sobre os negócios e a administração parece ter sido, no projeto de colonização desenvolvido pela empresa Grão-Pará, uma característica marcante. Isso pode ser percebido tanto no que concerne aos acontecimentos internos, como no que diz respeito aos domínios dos responsáveis pela empresa que não estavam na sede local ou que estando a esta vinculados estivessem em viagem. Não são incomuns as cartas endereçadas para outras partes do país, tampouco para fora deste. Na carta seguinte, endereçada a Leslie, o país de destino é a Itália, para onde ele havia se deslocado após passagem por Paris. O conteúdo está recheado de informações pertinentes aos andamentos dos negócios na Colônia

Nápoles 26 de fevereiro de 1883.

Ilustríssimo Senhor Hecocq Oliveira

Rio de Janeiro

Amigos e Senhores

Confirmando minha última em 14 do corrente sinto o prazer de acusar a recepção de sua estimada de 24 do passado a que respondo. A correspondência do Senhor Leslie que V.S. remeterão via Marcélia já partiu de Paris para Gênova porém ainda não a recebi. Estou ansiosíssimo por ela como facilmente se pode julgar. Com esses papéis que V.S. vão entregar em mão a L.A. fica muito simplificado o relatório, mas esse se completará inteiramente com as contas que já pedirão ao senhor Leslie até 31 de dezembro, e como a conta-corrente dos senhores Fould Freires a quem incluo com os juros de 6,6% mostrando um saldo devedor de 22 a 28% e suas contas-correntes até aquela data com os mesmos juros (fazendo lançamento em separados pelas dicas) instruindo-as ainda com todas as notícias que bem esclarecerão a situação da empresa satisfaça a cláusula XXI do contrato na minha última lhes dizia a forma de se cobrirem dos dinheiros supridos a empresa podendo sacar logo ou mesmo antes assim que conheçam o quanto se carece, fica assim respondido este tópico de sua citada carta. Fica inteirado de serem pagos em 17 de janeiro os saques do senhor Leslie na importância de 1.540,900 e uma ordem 3.000,000 a seu crédito de 4.540,900.<sup>54</sup>

O bom controle sobre andamento das coisas na Colônia fica evidente tanto nas mensagens de circulação interna quando nas direcionadas àqueles que estivessem fora. Em um momento em que este era o meio de comunicação usual, a grande quantidade de correspondências não gera espanto. Entretanto a quantidade neste caso, não é acompanhada em igual proporção pela diversidade. Fica caracterizado neste sentido a similaridade de alguns temas que se tornam recorrentes. Dentro do objeto tomado para nossa análise – relações de trabalho -, a maior parte do material esta ligada a questões como dívidas, empréstimos, cobranças e reclamações sobre o insucesso da obtenção da propriedade definitiva dos lotes.

A frequente utilização de cartas para tratar de questões delicadas, especialmente as ligadas aos acertos finais e aos abandonos da Colônia, somadas às informações já processadas e apontadas aqui, autorizam-nos a pensar que a relação com os diretores, para além do

---

<sup>54</sup> Carta enviada para o Senhor Hecocq Oliveira, 26 de Fevereiro de 1883. Acervo do **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, Orleans (SC).

respeito e estima reiterados em quase todas as correspondências, era permeada também por certo grau de intimidação.

O medo em falar diretamente com o diretor figura não tão incomumente como podemos presenciar. Este texto, em especial, traz um paradoxo neste sentido. Ao passo que menciona a bondade do diretor que nunca havia deixado seus empregados em situação vexatória, também demonstra o receio em falar diretamente com este sobre a situação. Além disso, a bondade e a preocupação parecem realmente ter ficado no passado como demonstra a condição do empregado no momento da escrita.

Cabe indagar quais seriam os motivos que fizeram com que este, que se apresenta como bom empregado encontrar-se tão perseguido por dívidas, como também, o porquê da aparente mudança de postura por parte da administração da Empresa. Fato é que a requisição de que se procedesse o levantamento e o saldo dos valores que lhe eram de direito, aponta para a manutenção de certos valores por parte da Empresa. Resta saber, se nesse caso, os valores a que se faz menção são relativos a trabalhos periódicos ou se seriam os de acerto final daqueles que deixavam a Colônia. Estou inclinada a crer na segunda hipótese.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminada esta pesquisa, resta das correspondências e do trabalho como um todo, algumas constatações que julgamos merecedoras de menção especial. Há que se falar, primeiramente, no que se refere ao projeto de ocupação representado pela Colônia Grão-Pará, sobre a convergência dos momentos políticos e dos interesses individuais e governamentais que envolviam o Brasil da segunda metade do século XIX e a Europa deste período. Mais especificamente, no que importa à nossa pesquisa, a Alemanha e a Itália. Os constantes conflitos no Velho Continente em torno das Guerras de Unificação, somados as dificuldades econômicas e a escassez de terras, forçaram muitos a procurar outros lugares para continuar suas vidas. O Brasil, foi um dos destinos preferenciais, muito em razão do interesse que aqui havia em introduzir o elemento europeu nos projetos de colonização que se desenvolviam em vários lugares. A propaganda feita na Europa com este intuito também teve grande contribuição neste processo.

O projeto de ocupação que originou a Colônia Grão-Pará é fruto deste contexto. Em um momento em que os recursos do Estado eram poucos a ponto deste admitir sua incapacidade de realizar grandes obras de povoamento, a iniciativa privada foi largamente utilizada nestes feitos. A história do Brasil está repleta delas. O que procuramos evidenciar no caso do nosso objeto específico e do nosso tema foi como na prática se dava, dentro da Colônia as relações de trabalho entre os vários indivíduos presente neste espaço. Restou claro fenômenos como as dificuldades encontradas nos primeiros anos de ocupação, neste momento ligadas às demandas infraestruturais, que embora sempre eram mencionadas nos discursos da administração, no dia a dia ainda apresentavam limitações. Também o dinheiro, e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade pareciam difíceis nos primórdios do projeto. A modalidade de compra feita para pagamento posterior parecia endividar os colonos a ponto de perderem o crédito por falta de pagamento, quando não as propriedades. Não foram poucos os relatos nesse sentido.

A proposta de atrair mais e mais famílias, que contava com sistemas de divulgação em periódicos, incursões sobre trabalhadores nas vizinhanças e convite feitos a parentes e conhecidos, em muitos momentos parece ter fracassado. Mesmo as obras desenvolvidas pela empresa para garantir mais comodidade aos colonos e a própria permissão àqueles que quisessem para trabalhar nas folgas neste tipo de atividade visando o aumento de ganhos, não parece ter seduzido muitos e tampouco garantiu a todos a obtenção do almejado título de

propriedade. Os trabalhos realizados pela Cia, como derrubadas e outras benfeitorias, implicavam o pagamento de metade da produção como reembolso. Esta prática, segundo demonstram os relatos, afugentou muitos potenciais trabalhadores. Outros ao final de longo tempo de trabalho se sentiam ainda distantes da realidade que lhes havia sido anunciada. A exemplo de tantos outros empreendimentos, é inegável a importância que teve para o desenvolvimento regional a Colônia Grão-Pará, como também é inegável o insucesso de muitos que acreditaram em promessas que, na prática eram bem mais árduas, do que diziam os folhetins ou o discurso dos emissários da política de divulgação da Colônia.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: 4ª ed. ed. Schwarcz, 2013.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: v. 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, p. 351.
- DALL'ALBA, Pe. João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans (SC)**. Florianópolis, 1986.
- DALL'ALBA, Pe. João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes**. Orleans, 1971.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo, Ática, 1991. p. 17
- ORBEM, Antonia Baschiroto. **A História e a memória viva: a colonização italiana e o cotidiano em Barracão, Orleans, SC**. Orleans, 2005.
- PIAZZA, Walter F., **A colonização de Santa Catarina** – 3. ed. – Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial do Grão-Pará: 120 anos**. Florianópolis: Ed. Elbert, 2002. p. 312.
- LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000; História e Desenvolvimento**. 1998. p. 27.
- RÉMOND, René. **O Século XIX – 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 1976, v. 2.
- SILVA, Kalina Venderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: ed. Contexto, 2010.
- OSÓRIO, Paulo Sérgio; ZANELATO, João Henrique. **FORQUILHINHA, do presente para o passado, outras memórias, uma nova história**. Forquilha, SC : Ed. UNESCO, 2012.

### FONTES DOCUMENTAIS

**A VERDADE**, Jornal da Comarca de Laguna, 1884. Arquivo Público de Laguna, SC. **Empresa de Terras e Colonização Grão-Pará. Relatório do Patrimônio Dotal de SS.AA.II no Município de Tubarão, na Província de Santa Catharina**, 1881. Orleans (SC), 1884. Arquivo Histórico Plínio Benício, FEBAVE.

**Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Empresa de Terras e Colonização Grão-Pará: **Cópia das cartas recebidas do Sr. Comendador Caetano Pinto**. 1882-1900, In. Centro de Documentação Histórica Plínio Benício.

### FUNTE ICONOGRÁFICA

**Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

## 6 LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - No alto, Sobrado da Colônia Grão-Pará do século XIX.

Fonte: **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).



ANEXO B - Sobrado da Empresa Colonizadora Grão-Pará: Escritórios e residência do Diretor. Século XIX.

Fonte: **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).



ANEXO C – Mapa da Colônia Grão-Pará

Fonte: **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).



ANEXO D – Mapa da Colônia Grão-Pará

Fonte: **Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).



ANEXO F – Cartas

**Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI**, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

115

Rec. 21 Dez. 1884

*Cópia:* Escripção da Colônia Jac. Pará  
 21 de Dezembro de 1884  
 M<sup>me</sup> Sr. Giacomo Tenon  
 Sede Praça do Norte  
 Am. Sr.  
 Authorizo a V. S.<sup>a</sup> de fazer  
 as ferragens que o Sr. Piobon  
 Giuseppe encomenda-lhe para  
 concluir o trabalho da Atafona  
 no Rio dos Linheiros.  
 De S. S.<sup>a</sup>  
 O Director *Ch. S. S. S.*

ANEXO G - Cartas

Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 29 Novem. 1884

Pico Branco do Norte 27 de Novembro de 1884

Mmo Senn. Director

No estado em que me vejo, estando quase sem ter que comer porque os negociante não querem mais me fiar pela demora que tem havido em lhes pagar, me obrigão hir a presença de V. S.<sup>a</sup> Solicitar e para de me dar o saldo de minhas contas. V. S.<sup>a</sup> é sempre benévolo para com os seus empregado, e não os deixara soffrer vexames como agora me acontece. Sou um dos seus empregados mais antigo, e nunca andei incomodando a V. S.<sup>a</sup> com continuado pedido, e tenho consciencia de lhe ter servido bem, mas hoje a necessidade a isto me obriga, e estou certo que V. S.<sup>a</sup> não me deixara soffrer mais. Sou constantemente perseguido por dividas, nada mais tenho que dizer, assim espero que V. S.<sup>a</sup> attenda ao meu pedido, saldando minhas contas com dinheiro ou letra.

Cria o Senn. Director que, só a muito custo e muita necessidade, é que lhe escrevo esta carta, por-me animar de de vera voz a spor a V. S.<sup>a</sup> o que soffro pelo muito respeito que lhe tenho

No mais peço sempre as ordens de V. S.<sup>a</sup>, por-m com todo respeito.

De V. S.<sup>a</sup>  
 C. V. e m. te Obr.<sup>o</sup>

Antonio Namide de Oliveira

ANEXO H – Cartas

Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 11 Novembro 1834

Barracão do rio dos pinheiros, 10 de 9ho de 1834.

Mm. Sr. <sup>1111</sup>Deputado, Director, <sup>chefe</sup>  
 Partecipe-lhe para V<sup>ra</sup> que sobre Aplantacões das  
 Colonias dexacupada. Em fui ter com os colonios,  
 fazendo ver, que o contracto de todos que planta  
 para repartir Aomeu ficando metade do milho  
 para Empurra, fis ver atodos.

Seguintes colonios  
 primeiro Goleo Vicencio accitou a propozita de  
 boá vontade 2.º Sperancione ditto

Orten Jeram Domingos Pizolato Honny e  
 Matheo Jospe Francisco Lomer estas não ganhará  
 que ~~de~~ <sup>de</sup> ~~tar~~ <sup>tar</sup> ~~ia~~ <sup>ia</sup> ~~se~~ <sup>se</sup> ~~fo~~ <sup>fo</sup> ~~se~~ <sup>se</sup> ~~para~~ <sup>para</sup> ~~elles~~ <sup>elles</sup> ~~todo~~ <sup>todo</sup> ~~milho~~ <sup>milho</sup>  
 que Colhe e porque o traba-lho e munto porq tem  
 de fazer tapacção sobre o taminto por cauho e  
 tropas de Gervanos, e q tommeu arroca de Gius  
 Antonio esta munta mal quemada, por este m  
 tiv o elles prefer traba-lho em suas Colonias,  
 Oportador he Sr. Debeagem Matheo 3.º deve  
 fazer una consulta com elle como de fazer  
 que sim ou não, q he para o meu governo,  
 nada mais

S.º J.º S.º Sr.º e Sr.º

Enfermeiro Joõ Fuzer de Mello

ANEXO I – cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Reci 14 Junho 1884

M.º Sr. Director

Tendo-me tirado o sustento no ultimo pagamento, dizendo que precisava mais trabalho, tenho trabalhado constantemente como podem dizer todos os meus vizinhos, e peço-lhe au Sr. director mande medir o que tenho derrobado, como a coyvara que esta prunta para Luimar ce. encontra entre dois morros não parece á vista nem á metade do que á, além disso em esses dois meses podette derrobar muito;

Uma vez mais peço-lhe au Sr. director mande medir o que esta derrobado, um home solo que tem que fazerce a comida e limpeza, axara o Sr. director que não e tampouca á obra;

peço au Sr. tenha um poco de Consideração, para este seu Criado.

Retirando-me o sustento estare obrigado á abandonar meu trabalho e prantacois;

Sou de V. M.º Servo C.º  
 Octavio Serrador  
 Malou Antonio  
 Moura do Salto 4 de Junho 1884

ANEXO J – Cartas.

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 3 de Março 1884

Distrito do Barco do norte  
Em 2 de abril de 1884

Mm Sr direitos e pões  
Seis garto de me fazer este  
pedido para eu; ter lugar  
de entra; no servizo de im-  
preza; em uma turma; e  
terher me sedendo este pidi-  
do eu trabalho; e me para  
impreza que figure em conta de  
Aben fereiro e outro me para  
Alim. ou tempo que eu restar  
Quizer; ou me puzer em  
Qualque servizo de trabalho  
faya per se; e i picles

Jose Mathias  
de Souza  
A ordem

ANEXO L - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Agustinho Benício  
 Tac Consu  
 Agustinho Italiano  
 Santa Catarina

Santa Catharina 21 Abril 1883

149

M. Sr. C. M. Leslie  
 Tubarão

Tenho a honra de accusar  
 recepção de seu favor e do corrente  
 Recibi igualmente 4 exemplares  
 Impressos do Circular distribuido  
 a 2 de Dezembro p. p. na occasião  
 da inauguração da sede central  
 da escola de guerra N. S. e digno  
 Director, tornei devida nota das  
 condições actuaes da renda de So-  
 tes Coloniaes. Cumprini suas  
 ordens applicando um exemplar  
 em meu scriptorio commercio  
 para maior conveniencia em man-  
 -ter as informações. Farei com-  
 -cer a quem interessar as vantagens  
 e conveniencia que podem trazer  
 em se estabelecerem nessa colonia,  
 de tudo terei a N. S. informado,  
 desejando poder continuar a ser  
 de N. S. de utilidade  
 Meo confesso a N. S. a 21 de Abril de 1883

Agustinho Benício

ANEXO M - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde - FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 1 Jan. 86

Lode Central 1º de Janeiro

Devidas de José Krüner resta da  
para cujo pagamento se consignou a  
sem ordenado Circunscrita mil reis por m  
sem defalcar qualque mox:

1.º -	Miguel Prado	
2.º -	Luiz Trai	
3.º -	W. Wichhorn	mil 207 00
4.º -	Julius Probst	110 00
5.º -	F. Schülke	56 00
6.º -	H. Blömer	12 00
7.º -	Krüger Heimrich	15 00
8.º -	João Moura	7 000
		10 000
		22 000
		3 000

M. Rs 500,000

Desta forma José Krüner garante ao Sr.  
Director de pagar em 10 meses e todos sem  
barrullo e mais encommodo ao Sr. Director e sem  
desperzas, tudo pacificamente, incluindo cada  
pessoa directamente seu dinheiros no fim de  
cada um mex. e garante tambem de não gastar  
mas por viver durante estes dez meses o que  
o restante de seu ordenado mensal suplestante  
le e apenas cinquenta mil reis, e não poder  
adiantado fora de seu ordenado mais um  
centem.

Esta Conforme:  
1º de Janeiro de 1886.  
José Krüner

Soma devida nota.  
Arranjeri moratória para elle quanto a Miguel Prado

Attevidido

ANEXO N - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec 28 novembro 1881

Barracão de São dos Ferreiros  
27 de Novembro de 1881

Mmo Sr.:

Excmo Sr. Director da Colonia de São Paulo

Parto-lhe para V. Sa. que o Colonio Nicolito Custofalo  
humiliss. vim aqui no Barracão seu dar que deixava de  
sua Colonia, que não queria mais ser Colonio e q  
deixava sua ferramenta e Armamento em casa de seu  
Sogro Custofalo. e que não hia' la no Escritorio que  
Colonio Director podia ficar azangado com elle

Seguintes ferramentas

Uma pistola, uma Espingarda 2 facas 2 vassouras  
uma tapa' um machado uma faca, nada mais

Sr. Director Dis Antonio Spanerone que Juniao  
Paulo deixou de sua Colonia q' Eu não sabia que  
não ista' mais em casa delle de sua Colonia  
selle vim fazer pedido desta dicta Colonia,  
para V. Sa. fazendo ver que sua Colonia não  
ista' a seu contento delle, proviniante que elle tem  
feito todos esforços para conseguir as suas plantas  
mas tem vindo boas como o milho e a feijão que  
ista' seco, e por este motivo ista' muito desgostoso,  
e se V. Sa. seder esta' Colonia de Juniao Paulo  
he ficara muito agradecido, Como uma comoda  
que V. Sa. fais para elle e sua familia como de um  
Pai para de seus filhos porisso espero de V. Sa.  
a sua boa determinação

So de V. Sa. S. C.º  
João Figueira de Mello

## ANEXO O - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Colonização

Geneva 11 de Março de 1883.

M<sup>me</sup> Sr<sup>te</sup> de Coz Oliveira & C<sup>ia</sup>  
Rua de Janeiro

Amigos e Sr<sup>tes</sup>

Comfirmo-lhes minha última em 26 de Janeiro sobre colonização e recebi depois sua retimada de 9 de mesmo, avisando renuncia de novos papéis de Sr<sup>te</sup> Leslie, que ainda não recebi, por não terem vindo como carta. - Fui escrever uma carta para o Sr<sup>te</sup> Leslie, da qual peço-lhes tomar conhecimento dispensando-me assim de repetir as mesmas coisas, mesmo na parte que lhes diz respeito. - Autorizo o Sr<sup>te</sup> Leslie, a fazer as despesas de transporte e outras das colonias de S. Catharina até a colônia, em tempo queirão suprir-lhes o necessário escaando sobre os Sr<sup>tes</sup> Field Fr<sup>es</sup> & C<sup>ia</sup> como até aqui. -

Pelo telegramma que lhes expedi, utarão T. de informados de que no mez entrante espero mandar cerca de 80 famílias. -

há agora occasião de vir se o governo além de transporte até S. Catharina conceda igual favor aos colonos até as colonias a que se destinão, parece-me que T. de poderiam conseguir isto, se é que o governo já não o tem feito; dizem-me o Sr<sup>te</sup> Villa muito bem disposto a favorecer a colonização e isso seria um verdadeiro e directo auxilio aos colonos, e T. de poderiam requerer como

representantes da empresa de colonização do Património  
de S. Aldegas. - Estou ansioso por saber no que ficou  
o prazo para as primeiras 50 famílias ou se o Sr.  
desle ou prehenheu, para mim tudo está em  
pender esse 11 anno - que podia a muito tempo  
estar satisfetissimo. -

havendo qualquer difficuldade, ella será sanada  
com as informações que V. S.<sup>ca</sup> quem a S. Aldegas  
que comprehenderão bem as difficuldades do  
Sr. desle que se achou a braços com tantos tra-  
balhos e muito de mais aquella clausula por  
unico fim dar começo a colonização do Património  
e não ficar o contracto em si para mim e seu  
andamento para o fim que tenho em vista. -

O governo na forte agasalha e alimenta tambem  
gratis os emigrantes até a partida: queira me  
informar. -

Breve voltarei a sua presença. -

Seu com estima De V. S.<sup>ca</sup>

Amo. obrig.<sup>do</sup>

(assinado) J. B. Pinto Jr.

ANEXO P - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 31 Dez. 85

Mmo Sr  
Director. da Colônia Frei Paul

O. Colono Giacomo Aborega, pede a V. S. que tenha a bondade de pagar as dividas que elle tem feito neste dois meses, sendo que ninguém quer dar mais nada, até elle pagar as primeira divida que impotará, a quantia de trinta mil Rees, e mais pede o favor que tenha a bondade de fazer um bilhete para elle poder comprar mais.

Este Colono está trabalhando, com toda a assistência e diligencia, para no futuro ser um bom colono e independente.

Inquanto ao meu trabalho creio que tenho o que fazer. De um a dois meses, eu mandei buscar a corrente pelo factum Mamões, ainda não chegou. se Vossa S. não entregar a elle tenha a bondade de me mandar-la. por mais de trinta até Domingo, 3 de Janeiro de 86. mande o bilhete que a té lá estará pronto.

De Vossa S. O Humilde Criado Ylleano Lenzi.

Pau dos Pinheiros 31 de Dezembro 1885

## ANEXO Q - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Colonização

Napoles 26 Fevereiro 1883.

Machado  
16/2/83

145

Illm.ºs. Inm.ºs. Le bocq. Oliveira 16.  
Rio de Janeiro.

Amigos e Inm.ºs.

Confirmando minha ultima em 14 do corrente sinto o prazer de accusar recepção de sua estimada de 24 do passado a que respondo.

A correspondencia do Inm.º Hestie que V. S. remet. terã via Marselha, já partio de Paris para Genova, porem ainda não a recebi, estou an. ciosissimo por ella como facilmente se pode julgar. Com esses papéis que V. S. vão entregar em mão a S. A. fica muito simplificado o rela. tório mas esse se completará inteiramente com as contas que já peduã ao Inm.º Hestie, até 31 de Dezembro, e como a % corrente dos Inm.ºs. Fould Fierst. a que inclus com os juros de 6 1/2% mostrando um saldo devedor de Fr. 22.088.70 e as suas contas correntes até aquella data com os mesmos juros (fazendo lançamento em separado pelas diff.ºas) instruiendo as ainda com todas as noticias que bem esclareça a situação da empresa, satisfa. ca a clausula XXI do contracto. Na minha ultima lhes dizia a forma de se cobirem dos dinheiros supridos a empresa podendo sacar logo ou mesmo antes, assim que conheça o quantum se carece, fica assim respondido este topico de sua citada carta. Fico inteirado de se rem pagos em 17 de Jan.º os saques do Inm.º Hestie na importancia de e uma ordem de a seu credito

R. 1:540,900
3:000,000
<hr/>
R. 4:540,900

contra cujo desembolso havia sacado 2.000 £. do In<sup>o</sup>.  
 Jould Frires H<sup>o</sup>. por Fr. 10.000 - R. 1:300,000 que  
 fica a seu debito. Impressiona-me a incertesa  
 da installação das 50 primeiras familias, tanto  
 mais porque, se não tenho expedido algumas  
 da Europa e porque desço e tenho como neces-  
 sario para o desenvolvimento da nossa colo-  
 nisacão que as 1<sup>as</sup> familias chegadas incor-  
 tem um nucleo que as encorajem em plena  
 actividade e que finalm<sup>te</sup> lhes sirva de amparo mo-  
 ral e material. Este aviso que i de uma colossal  
 importancia admira ter escapado a percepçao  
 do In<sup>o</sup>. Hestie. Assim que receberem a percenti-  
 va preenchido, telegraphem para Paris aos  
 In<sup>os</sup>. Jould Frires dizendo quantas faltas p<sup>o</sup>. eu  
 vou o que posso fazer p<sup>o</sup>. remediar essa falta, cujo  
 que poderei expedir sem demora o numero que for.  
 O In<sup>o</sup>. Hestie deve preparar immediatam<sup>te</sup> alguns  
 letes p<sup>o</sup>. receber colonos da Europa, sendo absolu-  
 tam<sup>te</sup> necessario dar comeco as expedicoes p<sup>o</sup>.  
 meter sangue novo na colonia com ramifica-  
 coes na Europa p<sup>o</sup>. atrahir gente d'aqui quanto  
 mais demorar se esta implantacão quanto  
 mais retardamos o progresso da empresa que  
 não poderia dispensar o concurso da immi-  
 gracão não havendo no Paiz elementos que  
 nos satisfaca isto e que satisfaca a quanti-  
 dade de familias que as terras admittem.

Sou com estima

De V. S.<sup>as</sup>

am<sup>o</sup>. obi<sup>o</sup>.

(assignado) yoaq<sup>m</sup>. bactani Pinto y<sup>o</sup>.

Jould Frires 1863

ANEXO R - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Mme. Sr. C. M. L. Leslie M. D. Director da  
Colônia São-Tomaz

Escritório da Colônia São-Tomaz Côrte 25 de Junho de 1853.

Amigo e Sr.

Com primeiro lugar desejo-lhe saudações e felicitações junto a Sua Ex.<sup>ma</sup> Família!

Tem esta por fim de pedir ao Sr. de ter a bondade de accionar as minhas Ordens que dei ao Sr. João José Nunes Teixeira da villa de Tubarões, de 2:500,000 reis, que se dá por J.C. e Ordem de mesmo Sr. sendo 500,000 de um th. e 2:000,000 de um 25 de corr., pelo qual me pede o Sr. João Nunes de avisar a S.<sup>ra</sup> L., e prometter-me de 4 de julho mediante de poder obter d'elle mais algum dinheiro?

Frederico Danckwirth concluiu seus contractos e quer o pagam.<sup>to</sup> igualmente o Sr. J. G. L.

Temho precisas de dinheiro em ordem de pedir pagar?

Não tive resposta ao meu telegramma de 17 de corr. em que pedi dinheiro urgente.

Aqui ha nada de novidade, continua tudo em boa ordem, mais deis agrimensores trabalhando, mais demarcadas, casas e caminhos contractados.

Chocarae temtem mais quatro familias italianas vindo de Pesthero.

Espero ancioso a Sua volta, para saber as boas noticias que trar de lá, em proveito da Colônia.

Seu com estima e consideração

De S.<sup>ra</sup> L.  
alt. um.º mt.º th.º  
Carlos Thom Schlarbaum  
Eng.º da Colônia São-Tomaz.

ANEXOS - Cartas

Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício- CEDOHI, pertencente ao Museu do Ar Livre Princesa Isabel, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, Orleans (SC).

Rec. 5 Janeiro 1886  
Braco do Costo  
5 de Janeiro 1885

Ilmo Sr  
Director  
Am<sup>e</sup> e Sr

Em resposta a sua carta em data do 4 p<sup>o</sup> p<sup>o</sup> Tenho que dizer Le a seguinte, segundo o officio que recebi em data do 15 de dezembro do anno passado eo de minha propria e giusta consciencia não posso calcoitar e levar per caduco e nulo o Titulo provisório del mio Lote que sta ainda no meo p<sup>o</sup>der a motivo que quando mi fui entregue o dito Lote da V. S. mi fui concedido para mi servir e em pagamento de servico que eo gia tinha presta do para Empresa, ben entendido eo sempre obrigo a fazer o pagamento que gia tava stipulado no referido contracto a empresa, em segundo Lugar para servir a V. S. cede 50 braca verbalmente para acomodar o Colono chamado Turcato, e V. S. mi prometeu na mesma occasion que não me molestaria mais a respeito deste Lote conosso que V. S. se não se achasse obrigado não me fazea isto para mim, e tam bem V. S. deve reconhecer que gaste bastante dinheiro no dito Lote nas aruballas de matos nas prantacoas de milho agora a milho depois de ter ele cofido dentro da casa as borrs colonos do Lugar mi rubaron o milho quasi todo a casinha em preste a chave para servir a V. S. per pou tempo a te hoje, a grama prantada com meo proprio dinheiro e hoje um novo colono recbegado vai a ti apropriar na minha propriedade feita com o meo proprio suor